

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2024

REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER À DEMANDA DAS FARMÁCIAS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE MUNICIPAL E DO HOSPITAL E MATERNIDADE, CONFORME DETALHADO NA TABELA ABAIXO E DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$

R\$1.519.664,8500

DATA DE ABERTURA: DIA 19 DE MARÇO DE 2024 ÀS 09H (Horário de Brasília)

HORÁRIO: 09:00HS

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

MODO DE DISPUTA: ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2024

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

PROCESSO Nº:	476/2024
INTERESSADO:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DATA E HORARIO DA SESSÃO:	Início de acolhimento de propostas dia 05/03/2024. Propostas recebidas até dia 19/03/2024 às 08h59min Abertura das propostas eletrônicas dia 19/03/2024 às 09h00min Início sessão de disputa de lances dia 19/03/2024 às 09h00min Tempo normal de disputa de lances: a critério da Pregoeira.
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER À DEMANDA DAS FARMÁCIAS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE MUNICIPAL E DO HOSPITAL E MATERNIDADE, CONFORME DETALHADO NA TABELA ABAIXO E DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	MENOR PREÇO POR ITEM
LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:	Endereço eletrônico: https://bnc.org.br/ "ACESSO IDENTIFICADO". Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília – DF.
PREGOEIRO:	MARIANA CARMÉLIA DOS SANTOS BERNARDO - PREGOEIRA
AMPARO LEGAL:	Regido pela Lei nº 14.133/21, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal nº 3.231/2021, Decreto Municipal nº 1.770, Decreto Municipal nº (regulamenta SRP) e demais legislações pertinentes.
O EDITAL poderá ser obtido gratuitamente no site da Prefeitura, no endereço www.turvania.go.gov.br ou a partir da data de sua publicação, através do_Endereço eletrônico: https://bnc.org.br/ . Informações adicionais podem ser obtidas junto, a Comissão Permanente de Licitação, Fone: (64) 3454-3547. E-mail: licitacaoturvania@gmail.com .	

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2024

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE TURVÂNIA, por intermédio da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, usando da competência atribuída pelo Decreto Municipal Nº 1.895 de 28/02/2024, torna público aos interessados, que estará realizando no dia, hora e local discriminado na capa deste EDITAL, sessão pública referente ao **Pregão Eletrônico nº 011/2024**, que será regida em conformidade com as regras estipuladas na Lei Federal nº 14.133/21, Lei Complementar Federal nº 123/2006, Lei Complementar Federal nº 147/2014, Decreto Municipal nº 1.769 de 02/01/2024, Decreto Municipal nº (1.768 de 02/01/2024 e demais legislações pertinentes.

1. OBJETO

1.1. O objetivo do presente Termo de Referência visa solicitar que seja aberto Processo Licitatório visando aquisição de medicamentos para atender à demanda das farmácias das unidades básicas de saúde municipal e do Hospital e Maternidade, conforme detalhado na tabela abaixo e de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste instrumento (ANEXO I).

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela abaixo descrita, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

ITEM	QUANTIDADE		CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR	
	SOLICITADA	APROVADA			ESTIMADO	TOTAL
00001	800,0000	800,0000	FR 43820	(BR0448838) ACEBROFILINA, CONCENTRAÇÃO: 5 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: XAROPE, FRASCO 120,00 ML	7,4131	5.930,4800
00002	800,0000	800,0000	FR 43821	(BR0448839) ACEBROFILINA, CONCENTRAÇÃO: 10 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: XAROPE, FRASCO 120,00 ML	7,0087	5.606,9600
00003	500,0000	500,0000	ENV 43822	(BR0434110) ACETILCISTEÍNA, CONCENTRAÇÃO: 600 MG, FORMA FARMACÊUTICA: GRANULADO PARA SOLUÇÃO ORAL, ENVELOPE	0,9563	478,1500
00004	200,0000	200,0000	FR 43823	(BR0270558) ACETILCISTEÍNA, DOSAGEM: 20 MG/ML, INDICAÇÃO: XAROPE, FRASCO 120,00 ML	7,6515	1.530,3000
00005	30.000,0000	30.000,0000	CPR 43824	(BR0268370) ACICLOVIR, DOSAGEM: 200 MG, COMPRIMIDO	0,2679	8.037,0000
00006	800,0000	800,0000	UNID 43825	(BR0268375) ACICLOVIR, DOSAGEM: 50 MG/G, USO: CREME, BISNAGA 10,00 G	2,7085	2.166,8000
00007	40.000,0000	40.000,0000	CPR 43826	(BR0267502) ÁCIDO ACETILSALICÍLICO, DOSAGEM: 100 MG, COMPRIMIDO	0,6694	26.776,0000
00008	800,0000	800,0000	FR 43827	(BR0271689) ÁCIDO ASCÓRBICO, DOSAGEM: 200 MG/ML, TIPO USO: SOLUÇÃO ORAL, FRASCO 20,00 ML	1,3934	1.114,7200
00009	40.000,0000	40.000,0000	CPR 43828	(BR0271685) ÁCIDO ASCÓRBICO, DOSAGEM: 1 G, TIPO USO: COMPRIMIDO EFERVESCENTE, COMPRIMIDO	0,7226	28.904,0000
00010	5.000,0000	5.000,0000	CPR 43829	(BR0278338) ÁCIDO TRANEXÂMICO, DOSAGEM: 250 MG, COMPRIMIDO	2,1685	10.842,5000
00011	30.000,0000	30.000,0000	CPR 43830	(BR0267503) ÁCIDO FÓLICO, DOSAGEM: 5 MG, COMPRIMIDO	0,0506	1.518,0000

00012	1.000,0000	1.000,0000	CAPS	43831	(BR0267504) ÁCIDO VALPRÓICO, DOSAGEM: 250 MG, COMPRIMIDO	0,4400	440,0000
00013	200,0000	200,0000	FR	43832	(BR0308732) ÁCIDO VALPRÓICO, DOSAGEM: 50 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: XAROPE, FRASCO 100,00 ML	7,7909	1.558,1800
00014	12.000,0000	12.000,0000	CPR	43833	(BR0267505) ÁCIDO VALPRÓICO, DOSAGEM: 500 MG, COMPRIMIDO	0,7037	8.444,4000
00015	10.000,0000	10.000,0000	CPR	43834	(BR0267506) ALBENDAZOL, DOSAGEM: 400 MG, COMPRIMIDO	0,5510	5.510,0000
00016	4.000,0000	4.000,0000	FR	43835	(BR0452539) ALBENDAZOL, 40MG/ML 10ML	2,8786	11.514,4000
00017	2.000,0000	2.000,0000	CPR	43836	(BR0269462) ALENDRONATO DE SÓDIO, DOSAGEM: 70 MG, COMPRIMIDO	0,2699	539,8000
00018	20.000,0000	20.000,0000	CPR	43837	(BR0267508) ALOPURINOL, DOSAGEM: 100 MG, COMPRIMIDO	0,2115	4.230,0000
00019	20.000,0000	20.000,0000	CPR	43838	(BR0267509) ALOPURINOL, DOSAGEM: 300 MG, COMPRIMIDO	0,3851	7.702,0000
00020	30.000,0000	30.000,0000	CPR	43839	(BR0271357) ALPRAZOLAM, DOSAGEM: 0,50 MG, COMPRIMIDO	0,0907	2.721,0000
00021	30.000,0000	30.000,0000	CPR	43840	(BR0271356) ALPRAZOLAM, DOSAGEM: 1 MG, COMPRIMIDO	0,1466	4.398,0000
00022	30.000,0000	30.000,0000	CPR	43841	(BR0284465) ALPRAZOLAM, DOSAGEM: 2 MG, COMPRIMIDO	0,2224	6.672,0000
00023	800,0000	800,0000	FR	43842	(BR0446264) AMBROXOL, COMPOSIÇÃO: SAL CLORIDRATO, CONCENTRAÇÃO: 3 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: XAROPE, FRASCO 120,00 ML	5,3651	4.292,0800
00024	1.000,0000	1.000,0000	FR	43843	(BR0446263) AMBROXOL, COMPOSIÇÃO: SAL CLORIDRATO, CONCENTRAÇÃO: 6 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: XAROPE, FRASCO 120,00 ML	5,4003	5.400,3000
00025	2.000,0000	2.000,0000	CPR	43844	(BR0267511) AMINOFILINA, DOSAGEM: 100 MG, COMPRIMIDO	0,1875	375,0000
00026	2.000,0000	2.000,0000	CPR	43845	(BR0269810) AMINOFILINA, 200 MG, COMPRIMIDO	0,2372	474,4000
00027	40.000,0000	40.000,0000	CPR	43846	(BR0267510) AMIODARONA, DOSAGEM: 200 MG, COMPRIMIDO	0,5399	21.596,0000
00028	70.000,0000	70.000,0000	CPR	43847	(BR0267512) AMITRIPTILINA CLORIDRATO, DOSAGEM: 25 MG	0,0845	5.915,0000
00029	10.000,0000	10.000,0000	CPR	43848	(BR0271217) AMOXICILINA, CONCENTRAÇÃO: 500MG + 125MG, PRINCÍPIO ATIVO: ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTÁSSIO, COMPRIMIDO	3,5998	35.998,0000
00030	300,0000	300,0000	FR	43849	(BR0271091) AMOXICILINA, CONCENTRAÇÃO: 25MG/ML, APRESENTAÇÃO: PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 150,00 ML	10,2908	3.087,2400
00031	600,0000	600,0000	FR	43850	(BR0271111) AMOXICILINA, CONCENTRAÇÃO: 50MG/ML, APRESENTAÇÃO: PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 60,00 ML	10,9853	6.591,1800
00032	12.000,0000	12.000,0000	CPS	43851	(BR0271089) AMOXICILINA, CONCENTRAÇÃO: 500MG, COMPRIMIDO	0,3182	3.818,4000

00033	4.000,0000	4.000,0000	FR	43852	(BR0386396) AMOXICILINA, CONCENTRAÇÃO: 80 MG + 11,5 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: PÓ P/ SUSPENSÃO ORAL, PRINCÍPIO ATIVO: ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTÁSSIO, FRASCO 70,00 ML	18,8475	75.390,0000
00034	50.000,0000	50.000,0000	CPR	43853	(BR0268896) ANLODIPINO BESILATO, DOSAGEM: 10 MG, COMPRIMIDO	0,0722	3.610,0000
00035	10.000,0000	10.000,0000	CPR	43854	(BR0272435) ANLODIPINO BESILATO, DOSAGEM: 2,5 MG, COMPRIMIDO	0,8762	8.762,0000
00036	50.000,0000	50.000,0000	CPR	43855	(BR0272434) ANLODIPINO BESILATO, DOSAGEM: 5 MG, COMPRIMIDO	0,0825	4.125,0000
00037	30.000,0000	30.000,0000	CPR	43856	(BR0267518) ATENOLOL, DOSAGEM: 100 MG, COMPRIMIDO	0,1509	4.527,0000
00038	80.000,0000	80.000,0000	CPR	43857	(BR0267516) ATENOLOL, DOSAGEM: 25 MG, COMPRIMIDO	0,0526	4.208,0000
00039	80.000,0000	80.000,0000	CPR	43858	(BR0267517) ATENOLOL, DOSAGEM: 50 MG, COMPRIMIDO	0,0762	6.096,0000
00040	100,0000	100,0000	FR	43859	(BR0268949) AZITROMICINA, DOSAGEM: 40 MG/ML, APRESENTAÇÃO: SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 37,50 ML	6,6325	663,2500
00041	30.000,0000	30.000,0000	CPR	43860	(BR0267140) AZITROMICINA, DOSAGEM: 500 MG, COMPRIMIDO	0,9324	27.972,0000
00042	1.000,0000	1.000,0000	FR	43861	(BR0314517) AZITROMICINA, FRASCO 600,00 MG	8,0375	8.037,5000
00043	30.000,0000	30.000,0000	CAPS	43862	(BR0269954) BROMOPRIDA, DOSAGEM: 10 MG, COMPRIMIDO	0,5164	15.492,0000
00044	300,0000	300,0000	FR	43863	(BR0269956) BROMOPRIDA, DOSAGEM: 4 MG/ML, APRESENTAÇÃO: GOTAS, FRASCO 20,00 ML	2,5344	760,3200
00045	10.000,0000	10.000,0000	FR	43864	(BR0266701) BUDESONIDA, CONCENTRAÇÃO: 50MCG/DOSE, APRESENTAÇÃO: AEROSOL NASAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FRASCO COM VÁLVULA DOSIFICADORA, FRASCO 120,00 DOSES	34,1920	341.920,0000
00046	500,0000	500,0000	CPR	43865	(BR0267283) ESCOPOLAMINA, DOSAGEM: 10 MG, COMPRIMIDO	0,6152	307,6000
00047	100,0000	100,0000	FR	43866	(BR0389956) DIPIRONA SÓDICA, COMPOSIÇÃO: HOMATROPINA BUTILBROMETO E HIOSCIAMINA BROMIDRATO, CONCENTRAÇÃO: 300 MG + 6,5 MCG + 1 MG + 104 MCG/ML, APRESENTAÇÃO: ASSOCIADA À ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO ORAL - GOTAS, FRASCO 15,00 ML	21,6167	2.161,6700
00048	30.000,0000	30.000,0000	CPR	43867	(BR0270620) ESCOPOLAMINA, DOSAGEM: 10MG + 250MG, APRESENTAÇÃO: ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA, COMPRIMIDO	0,4953	14.859,0000
00049	40.000,0000	40.000,0000	CPR	43868	(BR0267613) CAPTOPRIL, CONCENTRAÇÃO: 25 MG, COMPRIMIDO	0,0377	1.508,0000
00050	30.000,0000	30.000,0000	CPR	43869	(BR0267615) CAPTOPRIL, CONCENTRAÇÃO: 50 MG, COMPRIMIDO	0,0760	2.280,0000
00051	100,0000	100,0000	FR	43870	(BR0272454) CARBAMAZEPINA, DOSAGEM: 20 MG/ML,	8,4099	840,9900

					APRESENTAÇÃO: SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 100,00 ML		
00052	50.000,0000	50.000,0000	CPR	43871	(BR0267618) CARBAMAZEPINA, DOSAGEM: 200 MG, COMPRIMIDO	0,2923	14.615,0000
00053	20.000,0000	20.000,0000	CPR	43872	(BR0267617) CARBAMAZEPINA, DOSAGEM: 400 MG, COMPRIMIDO	0,5963	11.926,0000
00054	3.000,0000	3.000,0000	CPR	43873	(BR0270893) CARBONATO DE CÁLCIO, DOSAGEM: 500MG DE CÁLCIO + 200U, APRESENTAÇÃO: ASSOCIADO COM VITAMINA D3, COMPRIMIDO	0,0848	254,4000
00055	2.000,0000	2.000,0000	CPR	43874	(BR0268225) CARBONATO DE CÁLCIO, DOSAGEM: 500 MG, COMPRIMIDO	0,2328	465,6000
00056	10.000,0000	10.000,0000	CPR	43875	(BR0267564) CARVEDILOL, DOSAGEM: 12,5 MG, COMPRIMIDO	0,1386	1.386,0000
00057	5.000,0000	5.000,0000	CPR	43876	(BR0267566) CARVEDILOL, DOSAGEM: 3,125 MG, COMPRIMIDO	0,1422	711,0000
00058	30.000,0000	30.000,0000	CPR	43877	(BR0267565) CARVEDILOL, DOSAGEM: 6,25 MG, COMPRIMIDO	0,1194	3.582,0000
00059	10.000,0000	10.000,0000	CPR	43878	(BR0267567) CARVEDILOL, DOSAGEM: 25 MG, COMPRIMIDO	0,2579	2.579,0000
00060	400,0000	400,0000	FR	43879	(BR0271980) CEFADROXILA, 50 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 100,00 ML	57,9900	23.196,0000
00061	15.000,0000	15.000,0000	CAPS	43880	(BR0271982) CEFADROXILA, 500 MG, CÁPSULA	1,4424	21.636,0000
00062	200,0000	200,0000	FR	43881	(BR0331555) CEFALEXINA, DOSAGEM: 50 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: PÓ P/ SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 60,00 ML	12,8503	2.570,0600
00063	15.000,0000	15.000,0000	CPR	43882	(BR0267625) CEFALEXINA, DOSAGEM: 500 MG, COMPRIMIDO	0,8037	12.055,5000
00064	6.000,0000	6.000,0000	CPR	43883	(BR0267151) CETOCONAZOL, DOSAGEM: 200 MG, COMPRIMIDO	0,4769	2.861,4000
00065	500,0000	500,0000	TB	43884	(BR0308736) CETOCONAZOL, DOSAGEM: 20 MG/G, FORMA FARMACÊUTICA: CREME TÓPICO, BISNAGA 20,00 G	2,1831	1.091,5500
00066	20.000,0000	20.000,0000	CPR	43885	(BR0272166) CICLOBENZAPRINA CLORIDRATO, DOSAGEM: 5 MG, COMPRIMIDO	0,1515	3.030,0000
00067	20.000,0000	20.000,0000	CPR	43886	(BR0282313) CICLOBENZAPRINA CLORIDRATO, DOSAGEM: 10 MG, COMPRIMIDO	0,2180	4.360,0000
00068	5.000,0000	5.000,0000	CPR	43887	(BR0267627) CIMETIDINA, DOSAGEM: 200 MG, COMPRIMIDO	0,4442	2.221,0000
00069	4.000,0000	4.000,0000	CPR	43888	(BR0267628) CINARIZINA, DOSAGEM: 25 MG, COMPRIMIDO	0,3392	1.356,8000
00070	15.000,0000	15.000,0000	CPR	43889	(BR0267629) CINARIZINA, DOSAGEM: 75 MG, COMPRIMIDO	0,4360	6.540,0000
00071	20.000,0000	20.000,0000	CPR	43890	(BR0267632) CIPROFLOXACINO CLORIDRATO, DOSAGEM: 500 MG, COMPRIMIDO	0,3037	6.074,0000
00072	200,0000	200,0000	UNID	43891	Propionato Clobetasol	6,5937	1.318,7400
00073	200,0000	200,0000	FR	43892	(BR0270120) CLONAZEPAM, DOSAGEM: 2,5 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL- GOTAS, FRASCO 20,00 ML	3,6902	738,0400
00074	20.000,0000	20.000,0000	CPR	43893	(BR0270118) CLONAZEPAM, DOSAGEM: 0,5 MG, COMPRIMIDO	0,1067	2.134,0000
00075	40.000,0000	40.000,0000	CPR	43894	(BR0270119) CLONAZEPAM, DOSAGEM: 2 MG, COMPRIMIDO	0,0714	2.856,0000

00076	1.000,0000	1.000,0000	FR	43895	(BR0268236) CLORETO DE SÓDIO, APLICAÇÃO: SISTEMA FECHADO, PRINCÍPIO ATIVO: 0,9%_ SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO 50,00 ML	2,8733	2.873,3000
00077	1.000,0000	1.000,0000	UNID	43896	(BR0270458) DEXAMETASONA, CONCENTRAÇÃO: 0,5MG + 5MG + 0,75MG/ML, USO: SOLUÇÃO INALANTE, FRASCO NEBULIZADOR, APRESENTAÇÃO: FOSFATO DISSÓDICO + NEOMICINA + NAFAZOLINA, FRASCO 20,00 ML	4,5008	4.500,8000
00078	5.000,0000	5.000,0000	CPR	43897	(BR0267638) CLORPROMAZINA, DOSAGEM: 100 MG, COMPRIMIDO	0,4662	2.331,0000
00079	5.000,0000	5.000,0000	CPR	43898	(BR0267635) CLORPROMAZINA, DOSAGEM: 25 MG, COMPRIMIDO	0,2910	1.455,0000
00080	8.000,0000	8.000,0000	CPR	43899	(BR0267642) COLCHICINA, 0,5 MG, COMPRIMIDO	0,3200	2.560,0000
00081	10.000,0000	10.000,0000	CPR	43900	(BR0442729) COLECALCIFEROL, CONCENTRAÇÃO: 2.000 UI, COMPRIMIDO	0,2789	2.789,0000
00082	10.000,0000	10.000,0000	CPR	43901	(BR0430434) COLECALCIFEROL, CONCENTRAÇÃO: 5.000 UI, COMPRIMIDO	0,3910	3.910,0000
00083	10.000,0000	10.000,0000	CAPS	43902	(BR0431098) COLECALCIFEROL, CONCENTRAÇÃO: 50.000 UI, COMPRIMIDO	1,7159	17.159,0000
00084	30.000,0000	30.000,0000	CPR	43903	(BR0368499) VITAMINAS DO COMPLEXO B, COMPOSIÇÃO BÁSICA: B1,B2,B3,B5,B6, COMPRIMIDO	0,0625	1.875,0000
00085	400,0000	400,0000	FR	43904	(BR0272092) VITAMINAS DO COMPLEXO B, SOLUÇÃO ORAL - GOTAS, VITAMINAS: B1,B2,B6,B12 E PP, FRASCO 20,00 ML	4,0057	1.602,2800
00086	300,0000	300,0000	FR	43905	(BR0268243) DEXAMETASONA, DOSAGEM: 0,1 MG/ML, APRESENTAÇÃO: ELIXIR, FRASCO 100,00 ML	4,4900	1.347,0000
00087	3.000,0000	3.000,0000	TB	43906	(BR0267643) DEXAMETASONA, DOSAGEM: 0,1%, APRESENTAÇÃO: CREME, BISNAGA 10,00 G	2,3095	6.928,5000
00088	5.000,0000	5.000,0000	CPR	43907	(BR0269388) DEXAMETASONA, DOSAGEM: 4 MG, COMPRIMIDO	0,2410	1.205,0000
00089	1.000,0000	1.000,0000	FR	43908	(BR0393870) DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADA À BETAMETASONA, CONCENTRAÇÃO: 0,4 MG + 0,05 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: XAROPE, FRASCO 100,00 ML	3,9363	3.936,3000
00090	2.000,0000	2.000,0000	CPR	43909	(BR0267645) DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, DOSAGEM: 0,4 MG, XAROPE	7,3915	14.783,0000
00091	20.000,0000	20.000,0000	FR	43910	(BR0267645) DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, DOSAGEM: 2 MG, COMPRIMIDO	0,0977	1.954,0000
00092	30.000,0000	30.000,0000	CPR	43911	(BR0267197) DIAZEPAM, DOSAGEM: 10 MG, COMPRIMIDO	0,1775	5.325,0000
00093	10.000,0000	10.000,0000	CPR	43912	(BR0267195) DIAZEPAM, DOSAGEM: 5 MG, COMPRIMIDO	0,0777	777,0000
00094	6.000,0000	6.000,0000	CPR	43913	(BR0271000) DICLOFENACO, DOSAGEM: 50 MG, APRESENTAÇÃO: SAL SÓDICO, COMPRIMIDO	0,0843	505,8000
00095	5.000,0000	5.000,0000	CPR	43914	(BR0267647) DIGOXINA, DOSAGEM: 0,25 MG, COMPRIMIDO	0,2088	1.044,0000

00096	8.000,0000	8.000,0000	CPR	43915	(BR0269592) DIMETICONA, DOSAGEM: 40 MG, COMPRIMIDO	0,1608	1.286,4000
00097	150.000,0000	150.000,0000	CPR	43916	(BR0267203) DAPIRONA SÓDICA, DOSAGEM: 500 MG, COMPRIMIDO	0,2301	34.515,0000
00098	2.000,0000	2.000,0000	FR	43917	(BR0267205) DAPIRONA SÓDICA, DOSAGEM: 500 MG/ML, APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO ORAL (GOTAS), FRASCO 10,00 ML	2,7439	5.487,8000
00099	2.000,0000	2.000,0000	FR	43918	(BR0267205) DAPIRONA SÓDICA, DOSAGEM: 500 MG/ML, APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO ORAL (GOTAS), FRASCO 20,00 ML	2,5090	5.018,0000
00100	1.000,0000	1.000,0000	CPR	43919	(BR0268493) DOXAZOSINA, COMPOSIÇÃO: 2 MG, COMPRIMIDO	0,2445	244,5000
00101	1.000,0000	1.000,0000	CPR	43920	(BR0268495) DOXAZOSINA, COMPOSIÇÃO: 4 MG, COMPRIMIDO	0,3052	305,2000
00102	5.000,0000	5.000,0000	CPR	43921	(BR0271036) DOXICICLINA, DOSAGEM: 100 MG, COMPRIMIDO	0,5114	2.557,0000
00103	800,0000	800,0000	FR	43922	(BR0272603) DROPROPIZINA, DOSAGEM: 1,5 MG/ML, XAROPE, FRASCO 120,00 ML	14,8870	11.909,6000
00104	800,0000	800,0000	FR	43923	(BR0272602) DROPROPIZINA, DOSAGEM: 3,0 MG/ML, XAROPE, FRASCO 120,00 ML	7,8519	6.281,5200
00105	25.000,0000	25.000,0000	CPR	43924	(BR0267651) ENALAPRIL, DOSAGEM: 10 MG, COMPRIMIDO	0,0598	1.495,0000
00106	25.000,0000	25.000,0000	CPR	43925	(BR0267652) ENALAPRIL, DOSAGEM: 20 MG, COMPRIMIDO	0,0818	2.045,0000
00107	30.000,0000	30.000,0000	CPR	43926	(BR0267653) ESPIRONOLACTONA, DOSAGEM: 25 MG, COMPRIMIDO	0,3185	9.555,0000
00108	8.000,0000	8.000,0000	CPR	43927	(BR0267657) FENITOÍNA SÓDICA, DOSAGEM: 100 MG, COMPRIMIDO	0,1218	974,4000
00109	20.000,0000	20.000,0000	CPR	43928	(BR0267660) FENOBARBITAL SÓDICO, DOSAGEM: 100 MG, COMPRIMIDO	0,4060	8.120,0000
00110	500,0000	500,0000	FR	43929	(BR0300723) FENOBARBITAL SÓDICO, DOSAGEM: 40 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL - GOTAS, FRASCO 20,00 ML	4,7727	2.386,3500
00111	200,0000	200,0000	FR	43930	(BR0396471) FENOTEROL BROMIDRATO, CONCENTRAÇÃO: 5 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO ORAL, FRASCO 20,00 ML	12,5375	2.507,5000
00112	200,0000	200,0000	CX	43931	(BR0485304) PROBIÓTICO, COMPOSIÇÃO: SACCHAROMYCES BOULARDII - 17, CONCENTRAÇÃO: 200 MG/G, FORMA FARMACÊUTICA: PÓ ORAL, SACHÊ 1,00 UN	1,6667	333,3400
00113	400,0000	400,0000	CX	43932	(BR0449022) PROBIÓTICO, COMPOSIÇÃO: SACCHAROMYCES BOULARDII - 17, CONCENTRAÇÃO: 100 MG, CÁPSULA	1,3009	520,3600
00114	10.000,0000	10.000,0000	CAPS	43933	(BR0267662) FLUCONAZOL, DOSAGEM: 150 MG, CÁPSULA	0,7485	7.485,0000
00115	80.000,0000	80.000,0000	CAPS	43934	(BR0273009) FLUOXETINA, DOSAGEM: 20 MG, CÁPSULA	0,1440	11.520,0000
00116	20.000,0000	20.000,0000	CPR	43935	(BR0267663) FUROSEMIDA, DOSAGEM: 40 MG, COMPRIMIDO	0,1001	2.002,0000
00117	100.000,0000	100.000,0000	CPR	43936	(BR0267671) GLIBENCLAMIDA, DOSAGEM: 5 MG, COMPRIMIDO	0,0518	5.180,0000
00118	30.000,0000	30.000,0000	CPR	43937	(BR0442754) GLICLAZIDA, CONCENTRAÇÃO: 30 MG, LIBERAÇÃO PROLONGADA, COMPRIMIDO	0,5584	16.752,0000

00119	30.000,0000	30.000,0000	CPR	43938	(BR0442755) GLICLAZIDA, CONCENTRAÇÃO: 60 MG, LIBERAÇÃO PROLONGADA, COMPRIMIDO	0,8652	25.956,0000
00120	6.000,0000	6.000,0000	CPR	43939	(BR0267669) HALOPERIDOL, DOSAGEM: 5 MG, COMPRIMIDO	0,3730	2.238,0000
00121	100.000,0000	100.000,0000	CPR	43940	(BR0267674) HIDROCLOROTIAZIDA, DOSAGEM: 25 MG, COMPRIMIDO	0,0413	4.130,0000
00122	1.000,0000	1.000,0000	CPR	43941	(BR0268119) HIDROXICLOROQUINA SULFATO, 400 MG, COMPRIMIDO	2,4052	2.405,2000
00123	300,0000	300,0000	FR	43942	(BR0395730) HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADO AO HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIO, CONCENTRAÇÃO: 60 MG + 40 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 100,00 ML	3,7294	1.118,8200
00124	300,0000	300,0000	FR	43943	(BR0433257) HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO, CONCENTRAÇÃO: 60 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 150,00 ML	4,1181	1.235,4300
00125	100,0000	100,0000	FR	43944	(BR0278265) HIDROXIQUINOLINA BORATO, ASSOCIADA COM TRIETANOLAMINA, 0,4MG + 140MG/ML, SOLUÇÃO OTOLÓGICA, FRASCO 8,00 ML	14,2833	1.428,3300
00126	20.000,0000	20.000,0000	CPR	43945	(BR0267677) IBUPROFENO, DOSAGEM: 300 MG, COMPRIMIDO	0,2115	4.230,0000
00127	20.000,0000	20.000,0000	CPR	43946	(BR0267676) IBUPROFENO, DOSAGEM: 600 MG, COMPRIMIDO	0,2307	4.614,0000
00128	1.000,0000	1.000,0000	FR	43947	(BR0294643) IBUPROFENO, DOSAGEM: 50 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 30,00 ML	3,0467	3.046,7000
00129	5.000,0000	5.000,0000	CPR	43948	(BR0376767) IVERMECTINA, CONCENTRAÇÃO: 6 MG, COMPRIMIDO	0,7662	3.831,0000
00130	200,0000	200,0000	CPR	43949	(BR0233632) PETROLATO, USO: ORAL, TIPO: LAXATIVO, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO, FRASCO 1000,00 ML	34,9467	6.989,3400
00131	10.000,0000	10.000,0000	CPR	43950	(BR0305270) LEVOFLOXACINO, DOSAGEM: 500 MG, COMPRIMIDO	1,7220	17.220,0000
00132	2.000,0000	2.000,0000	CPR	43951	(BR0437283) LEVOFLOXACINO, CONCENTRAÇÃO: 750 MG, COMPRIMIDO	5,1822	10.364,4000
00133	15.000,0000	15.000,0000	CPR	43952	(BR0268125) LEVOTIROXINA SÓDICA, DOSAGEM: 100 MCG, COMPRIMIDO	0,2831	4.246,5000
00134	60.000,0000	60.000,0000	CPR	43953	(BR0268124) LEVOTIROXINA SÓDICA, DOSAGEM: 25 MCG, COMPRIMIDO	0,2977	17.862,0000
00135	70.000,0000	70.000,0000	UND	43954	(BR0268123) LEVOTIROXINA SÓDICA, DOSAGEM: 50 MCG, COMPRIMIDO	0,2626	18.382,0000
00136	1.000,0000	1.000,0000	CPR	43955	(BR0273467) LORATADINA, CONCENTRAÇÃO: 1MG/ML, TIPO MEDICAMENTO: XAROPE, FRASCO 100,00 ML	5,1953	5.195,3000
00137	20.000,0000	20.000,0000	CPR	43956	(BR0273466) LORATADINA, CONCENTRAÇÃO: 10MG, COMPRIMIDO	0,1322	2.644,0000
00138	250.000,0000	250.000,0000	CPT	43957	(BR0268856) LOSARTANA POTÁSSICA, DOSAGEM: 50 MG, COMPRIMIDO	0,0719	17.975,0000

00139	10.000,0000	10.000,0000	CPR	43958	(BR0273554) MELOXICAM, CONCENTRAÇÃO: 15 MG, COMPRIMIDO	0,1059	1.059,0000
00140	60.000,0000	60.000,0000	CPR	43959	(BR0267690) METFORMINA CLORIDRATO, DOSAGEM: 500 MG, COMPRIMIDO	0,2301	13.806,0000
00141	80.000,0000	80.000,0000	CPR	43960	(BR0267691) METFORMINA CLORIDRATO, DOSAGEM: 850 MG, COMPRIMIDO	0,1591	12.728,0000
00142	10.000,0000	10.000,0000	CPR	43961	(BR0267689) METILDOPA, DOSAGEM: 250 MG, COMPRIMIDO	0,6168	6.168,0000
00143	20.000,0000	20.000,0000	CPR	43962	(BR0267688) METILDOPA, DOSAGEM: 500 MG, COMPRIMIDO	1,1886	23.772,0000
00144	10.000,0000	10.000,0000	CPR	43963	(BR0267717) METRONIDAZOL, DOSAGEM: 250 MG, COMPRIMIDO	0,1954	1.954,0000
00145	10.000,0000	10.000,0000	FR	43964	(BR0268499) METRONIDAZOL, DOSAGEM: 400 MG, COMPRIMIDO	0,4717	4.717,0000
00146	200,0000	200,0000	TB	43965	(BR0266863) METRONIDAZOL, DOSAGEM: 40 MG/ML, APRESENTAÇÃO: SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 100,00 ML	8,7702	1.754,0400
00147	500,0000	500,0000	TB	43966	(BR0345300) METRONIDAZOL, CONCENTRAÇÃO: 100 MG/G, FORMA FARMACÊUTICA: CREME VAGINAL, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: COM APLICADOR, BISNAGA 50,00 G	7,6452	3.822,6000
00148	400,0000	400,0000	TB	43967	(BR0268286) MICONAZOL, DOSAGEM: 20 MG/G, APRESENTAÇÃO: CREME, BISNAGA 28,00 G	2,8231	1.129,2400
00149	400,0000	400,0000	FR	43968	(BR0268162) MICONAZOL, DOSAGEM: 2%, APRESENTAÇÃO: CREME VAGINAL, BISNAGA 80,00 G	7,8646	3.145,8400
00150	200,0000	200,0000	TB	43969	(BR0270454) DEXAMETASONA, CONCENTRAÇÃO: 1MG + 5MG/ML, USO: SOLUÇÃO OFTÁLMICA, APRESENTAÇÃO: ASSOCIADA COM CLORANFENICOL, FRASCO 5,00 ML	7,4100	1.482,0000
00151	1.000,0000	1.000,0000	CPR	43970	(BR0273167) NEOMICINA, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADA COM BACITRACINA, CONCENTRAÇÃO: 5MG + 250UI/G, TIPO MEDICAMENTO: POMADA, BISNAGA 10,00 G	2,4142	2.414,2000
00152	20.000,0000	20.000,0000	CPR	43971	(BR0267728) NIFEDIPINO, DOSAGEM: 10 MG, COMPRIMIDO	0,1563	3.126,0000
00153	30.000,0000	30.000,0000	CPR	43972	(BR0267729) NIFEDIPINO, DOSAGEM: 20 MG, COMPRIMIDO	0,1304	3.912,0000
00154	20.000,0000	20.000,0000	FR	43973	(BR0273710) NIMESULIDA, DOSAGEM: 100 MG, COMPRIMIDO	0,1174	2.348,0000
00155	100,0000	100,0000	TB	43974	(BR0267378) NISTATINA, DOSAGEM: 100.000 UI/ML, APRESENTAÇÃO: SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 50,00 ML	5,7301	573,0100
00156	600,0000	600,0000	CPR	43975	(BR0266788) NISTATINA, DOSAGEM: 25.000 UI/G, APRESENTAÇÃO: CREME VAGINAL, BISNAGA 60,00 G	4,6010	2.760,6000
00157	500,0000	500,0000	FR	43976	(BR0271606) NORTRIPTILINA CLORIDRATO, DOSAGEM: 25 MG, CÁPSULA	0,5131	256,5500
00158	30.000,0000	30.000,0000	CPR	43977	OLMESARTANA, MEDOXOMILA 20MG, + HIDROCLOROTIAZIDA 12,5MG COMPRIMIDO	1,6944	50.832,0000

00159	100.000,0000	100.000,0000	CAPS	43978	(BR0267712) OMEPRAZOL, CONCENTRAÇÃO: 20 MG, COMPRIMIDO	0,0935	9.350,0000
00160	200,0000	200,0000	TB	43979	(BR0279297) NISTATINA, APRESENTAÇÃO: ASSOCIADA COM ÓXIDO DE ZINCO, CONCENTRAÇÃO: 100.000UI + 200MG/G, TIPO MEDICAMENTO: CREME, BISNAGA 60,00 G	10,3266	2.065,3200
00161	600,0000	600,0000	FR	43980	(BR0267777) PARACETAMOL, DOSAGEM SOLUÇÃO ORAL: 200 MG/ML, APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO ORAL, FRASCO 15,00 ML	2,3727	1.423,6200
00162	20.000,0000	20.000,0000	CPR	43981	(BR0270907) PARACETAMOL, DOSAGEM: 500MG + 30MG, APRESENTAÇÃO: ASSOCIADO COM CODEÍNA, COMPRIMIDO	0,4464	8.928,0000
00163	10.000,0000	10.000,0000	CPR	43982	(BR0267779) PARACETAMOL, DOSAGEM COMPRIMIDO: 750 MG, COMPRIMIDO	0,1484	1.484,0000
00164	300,0000	300,0000	FR	43983	(BR0274648) PASTA D' ÁGUA, COMPOSIÇÃO: TALCO + GLICERINA + ÓX.ZINCO + ÁGUA DE CAL, CONCENTRAÇÃO: 25% + 25% + 25% + 25%,	5,2427	1.572,8100
00165	2.000,0000	2.000,0000	UNID	43984	(BR0327699) PERMANGANATO DE POTÁSSIO, CONCENTRAÇÃO: 100 MG, COMPRIMIDO	0,3691	738,2000
00166	100,0000	100,0000	FR	43985	(BR0363597) PERMETRINA,	3,7283	372,8300
00166	100,0000	100,0000	FR	43985	CONCENTRAÇÃO: 50 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: LOÇÃO, FRASCO 60,00 ML		372,8300
00167	600,0000	600,0000	CPR	43986	(BR0448595) PREDNISOLONA, COMPOSIÇÃO: FOSFATO SÓDICO, CONCENTRAÇÃO: 3 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO ORAL, FRASCO 60,00 ML	5,4054	3.243,2400
00168	10.000,0000	10.000,0000	CPR	43987	(BR0267743) PREDNISONA, DOSAGEM: 20 MG, COMPRIMIDO	0,1645	1.645,0000
00169	5.000,0000	5.000,0000	CPR	43988	(BR0267741) PREDNISONA, DOSAGEM: 5 MG, COMPRIMIDO	0,0804	402,0000
00170	10.000,0000	10.000,0000	CPR	43989	(BR0267768) PROMETAZINA CLORIDRATO, DOSAGEM: 25 MG, COMPRIMIDO	0,1624	1.624,0000
00171	20.000,0000	20.000,0000	CPR	43990	(BR0267772) PROPRANOLOL CLORIDRATO, DOSAGEM: 40 MG, COMPRIMIDO	0,0431	862,0000
00172	5.000,0000	5.000,0000	UNID	43991	(BR0268390) SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL, COMPOSIÇÃO: COMPOSTO POR: CLORETO SÓDIO 3,5G + GLICOSE 20G, + CITRATO DE SÓDIO 2,9G + CLORETO DE POTÁSSIO 1,5G, ENVELOPE	1,2846	6.423,0000
00173	500,0000	500,0000	UNID	43992	(BR0294887) SALBUTAMOL, DOSAGEM: 100MCG/DOSE, FORMA FARMACÊUTICA: AEROSOL ORAL, FRASCO 200,00 DOSES	14,3931	7.196,5500
00174	100,0000	100,0000	FR	43993	(BR0292331) SALBUTAMOL, DOSAGEM: 0,4 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: XAROPE, FRASCO 120,00 ML	2,3369	233,6900
00175	80.000,0000	80.000,0000	CPR	43994	(BR0272365) SERTRALINA CLORIDRATO, DOSAGEM: 50MG, COMPRIMIDO	0,1555	12.440,0000
00176	10.000,0000	10.000,0000	CPR	43995	(BR0412963) SIMETICONA, CONCENTRAÇÃO: 40 MG, COMPRIMIDO	0,1141	1.141,0000

00177	500,0000	500,0000	FR	43996	(BR0412965) SIMETICONA, CONCENTRAÇÃO: 75 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO ORAL - GOTAS, FRASCO 10,00 ML	1,9875	993,7500
00178	120.000,0000	120.000,0000	CPR	43997	(BR0267747) SINVASTATINA, DOSAGEM: 20 MG, COMPRIMIDO	0,1333	15.996,0000
00179	10.000,0000	10.000,0000	CPR	43998	(BR0276657) METOPROLOL, PRINCÍPIO ATIVO: SAL SUCCINATO, DOSAGEM: 50 MG, APRESENTAÇÃO: LIBERAÇÃO CONTROLADA, COMPRIMIDO	0,5483	5.483,0000
00180	10.000,0000	10.000,0000	CPR	43999	(BR0308882) SULFAMETOXAZOL, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADO À TRIMETOPRIMA, CONCENTRAÇÃO: 400MG + 80MG, COMPRIMIDO	0,2395	2.395,0000
00181	300,0000	300,0000	FR	44000	(BR0282983) SULFAMETOXAZOL, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADO À TRIMETOPRIMA, CONCENTRAÇÃO: 200MG + 40MG, USO: SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO 50,00 ML	3,8825	1.164,7500
00182	500,0000	500,0000	FR	44001	(BR0323590) SULFATO FERROSO, 125 MG/ML DE FERRO II, FRASCO 30,00 ML	0,9915	495,7500
00183	50.000,0000	50.000,0000	CPR	44002	(BR0292344) SULFATO FERROSO, DOSAGEM FERRO: 40MG DE FERRO II, COMPRIMIDO	0,0406	2.030,0000
00184	40,0000	40,0000	FR	44003	(BR0396853) TETRACAÍNA CLORIDRATO, ASSOCIADA À FENILEFRINA, 1% + 0,1%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 10,00 ML	14,7375	589,5000
00185	60,0000	60,0000	FR	44004	(BR0267419) TIABENDAZOL, DOSAGEM: 50 MG/ML, INDICAÇÃO: SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 60,00 ML	20,6900	1.241,4000
00186	100,0000	100,0000	TB	44005	(BR0267418) TIABENDAZOL, DOSAGEM: 50 MG/G, INDICAÇÃO: POMADA, BISNAGA 45,00 G	26,6872	2.668,7200
00187	5.000,0000	5.000,0000	CPR	44006	(BR0292030) TIBOLONA, CONCENTRAÇÃO: 2,5 MG, COMPRIMIDO	0,7879	3.939,5000
00188	10.000,0000	10.000,0000	CPR	44007	TIAMINA CLORIDRATO 300 MG COMPRIMIDO	0,2664	2.664,0000
00189	100,0000	100,0000	FR	44008	(BR0356452) TRAVOPROSTA, ASSOCIADA COM TIMOLOL MALEATO, CONCENTRAÇÃO: 0,04 MG + 5 MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 2,50 ML	153,5500	15.355,0000
00190	100,0000	100,0000	FR	44009	(BR0271581) TOBRAMICINA, DOSAGEM: 0,3%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 5,00 ML	6,7126	671,2600
00191	6.000,0000	6.000,0000	CPR	44010	(BR0279269) VARFARINA SÓDICA, DOSAGEM: 5 MG, COMPRIMIDO	0,2262	1.357,2000
		1.519.664,85					

1.3. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam na minuta da Ata de Registro de Preços. (Anexo III).

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem **previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de PORTAL: BOLSA NACIONAL DE COMPRAS – BNC WWW.BNC.ORG.BR**.

2.2 CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS:

2.3 As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 3.6 “a”, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa Nacional de Compras atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bnc.org.br.

2.4 A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BNC – Bolsa Nacional de Compras, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

2.5 O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

2.6 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BNC - Bolsa Nacional de Compras.

2.7 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a

2.8 BNC - Bolsa Nacional de Compras a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.9 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

2.10 PARTICIPAÇÃO:

2.11 A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecido.

2.12 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

2.12.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.13 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.14 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.15 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.16 *Para os itens,,, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).*

2.16.1 *A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

2.17 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, *para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#)*, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.18 Não poderão disputar esta licitação:

2.18.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.18.2 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.18.3 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.18.4 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.18.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.18.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.18.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.18.8 agente público do órgão ou entidade licitante;

- 2.18.9** pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 2.18.10** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.18.11** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 2.19** O impedimento de que trata o **item 2.18.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.20** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **2.18.2 e 2.18.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.21** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.22** O disposto nos itens **2.18.2 e 2.18.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.23** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 2.24** A vedação de que trata o item **2.18.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 2.14** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no sítio eletrônico da plataforma da BNC. A sessão será pública, dirigida pelo (a) Pregoeiro (a), e realizada de acordo com os termos deste EDITAL e seus Anexos, pela Lei nº 10.520/2002, Decreto Federal Nº 10.024/2019 subsidiariamente, pela Lei nº 14.133/2021, suas alterações e demais legislações pertinentes, data e horário já determinados.
- 2.15** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, devendo o credenciamento ser realizado no prazo de até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura da sessão.
- 2.16** O licitante deverá dirigir-se ao provedor do sistema e solicitar seu registro, fornecendo todos os documentos que forem por ele solicitados.
- 2.17** O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do

sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de senha, ainda que por terceiros.

2.18 A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

2.19 O credenciamento do licitante junto ao provedor do sistema implica na presunção de sua capacidade técnica para realização das operações inerentes ao pregão eletrônico.

2.20 O licitante que se enquadrar como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá declarar, no momento de inserção de sua proposta, junto ao sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123/2006, em especial quanto ao seu art. 3º.

2.21 Não havendo expediente na data marcada ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data prevista, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste EDITAL, desde que não haja comunicação do (a) Pregoeiro (a) em contrário, por motivo de força maior ou qualquer outro fator ou fato imprevisível;

2.22 Na impossibilidade da conclusão dos trabalhos da sessão deste Pregão Eletrônico na mesma data de abertura, e em face de decisão do (a) Pregoeiro (a), deverá ser determinada a continuidade das atividades em dia (s) subsequente (s);

2.23 Na realização do presente certame, serão observadas as seguintes datas e horários, tendo como referência o horário de Brasília-DF:

2.24 informamos que a participação neste Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da conexão do licitante ao sistema eletrônico, pela digitação de sua senha privativa e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico <https://bnc.org.br/>, no período compreendido entre a data de início e de encerramento do acolhimento das propostas, conforme item 3.9 deste EDITAL.

2.25 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

2.26 Como requisito para a participação no Pregão Eletrônico, o licitante deverá manifestar, sob as penas da lei, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste EDITAL.

2.27 Ao licitante incumbirá, ainda, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2.28. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retomando o(a) Pregoeiro(a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

2.29 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de aviso inserto em campo próprio do sistema eletrônico, divulgando data e hora para a reabertura da sessão, obrigando-se os interessados a consultarem-na para obtenção das informações prestadas.

7. 3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

3.1. A Proposta Eletrônica de Preços deverá ser elaborada e oferecida no sistema eletrônico considerando as especificações detalhadas no Termo de Referência - ANEXO I.

3.1.1. Até a data de abertura das propostas, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

3.1.2. A Proposta Eletrônica de Preços deverá ser elaborada com base no objeto desta licitação, observadas as condições estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência deste EDITAL e enviada exclusivamente por meio eletrônico, a partir da data de publicação do EDITAL, contendo a **MARCA**, bem como o valor expresso em moeda corrente nacional, admitindo-se após a vírgula somente 02 (duas) casas decimais, discriminado em algarismo arábico, considerando inclusos no preço os valores dos impostos, taxas, transporte, carga e descarga, encargos sociais e trabalhistas, e outras despesas, se houver, para o fiel atendimento do objeto. Custos omitidos na proposta serão considerados como inclusos na proposta, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a qualquer título, devendo o objeto ser fornecido sem ônus adicionais.

3.1.2.2. As propostas eletrônicas que forem cadastradas sem as respectivas marcas serão desclassificadas.

3.1.2.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.1.2.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.1.2.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.1.2.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.1.2.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.1.2.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.1.2.5 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.1.2.5.1 no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.1.2.5.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter

direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.1.2.6 A falsidade da declaração de que trata os itens 3.1.2.3 ou 3.1.2.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.2. A Proposta de Preço, conforme ANEXO II, deverá ser apresentada somente pela licitante vencedora da fase de lances/negociação, com as seguintes exigências:

3.2.1. A “Proposta de Preços” deverá ser apresentada sem emendas, rasuras ou entrelinhas, digitada em papel timbrado do proponente, redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, devidamente datada e assinada na última folha por diretor, sócio ou representante legal da proponente, podendo as demais ser apenas rubricadas, contendo:

3.2.1.1. Nome ou razão social, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (*e-mail*), este último se houver, para contato, e número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, no Ministério da Fazenda;

3.2.1.2. Nome e número do Banco, Agência, Localidade e Conta Corrente em que deverá ser efetivado o crédito, caso lhe seja adjudicado o objeto;

3.2.1.3. A proposta deverá conter o **preço**, expresso em moeda corrente nacional, admitindo-se após a vírgula somente 02 (duas) casas decimais, discriminado para o(s) objeto(s) em algarismo arábico (**unitário e total do item**) e se possível por extenso **TOTAL**, contendo a especificação detalhada dos materiais, **marca (uma marca para cada produto)** e demais elementos pertinentes, já inclusos no preço os valores dos impostos, taxas, transporte, carga e descarga, encargos sociais e trabalhistas, e outras despesas, se houver, para o fiel atendimento do objeto. Custos omitidos serão considerados como inclusos na proposta, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título, devendo os materiais serem fornecidos sem ônus adicionais. A proposta deverá conter todos os seus elementos constitutivos, para que seja verificada a compatibilidade com as especificações do ANEXO I.

3.2.1.3. Nos casos em que houver renegociação, a proposta reajustada poderá ser enviada por e-mail, devidamente assinada por diretor, sócio ou representante da empresa licitante.

3.2.1.4. As propostas que atenderem aos requisitos do EDITAL e seus anexos serão verificadas quanto a erros, os quais serão corrigidos pelo (a) Pregoeiro (a) da forma seguinte;

a) Discrepância entre valor total grafado em algarismos e por extenso: prevalecerá o valor por extenso;

b) Erros de transcrição das quantidades previstas: o item será corrigido, mantendo-se o preço unitário e corrigindo-se a quantidade e o preço total;

c) Erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente: será retificado, mantendo-se o preço unitário e a quantidade e corrigindo-se o total;

d) Erro de adição: será retificado, considerando-se as parcelas corretas e retificando-se a soma.

3.2.1.5. DECLARAÇÃO do prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar da data de abertura da mesma.

3.2.1.5.1. Em circunstâncias excepcionais, o órgão licitante poderá solicitar a prorrogação do prazo de validade das propostas, não sendo admitida a introdução de quaisquer modificações nas mesmas.

3.2.1.6. Não será aceito produto divergente do estabelecido no Termo de Referência – Anexo I do EDITAL, sob pena de desclassificação da proposta e, ainda, das sanções cabíveis descritas neste EDITAL.

3.3. A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita execução do objeto desta Licitação será interpretada como não existente ou inclusa nos preços, não podendo o licitante pleitear acréscimo após a apresentação das propostas.

3.4. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado.

3.5. Não serão aceitas propostas com preços manifestamente inexequíveis, nos termos do artigo 31 do Decreto Municipal 1.769 de 02/01/2024.

Art. 31. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% do valor orçado pela Administração.

Parágrafo Único. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, somente será identificada após diligência do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, que comprove:

I – que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;

II – inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

3.5.1. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão, ou ainda a não existência de custos de oportunidade.

3.5.2. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, deverá ser efetuada diligência.

3.6. A apresentação da proposta pela licitante implica na declaração de conhecimento e aceitação de todas as condições da presente licitação.

3.7. A proposta escrita deverá obedecer às especificações e condições mínimas constantes do Termo de Referência - Anexo I, bem como demais informações necessárias ao perfeito entendimento do conteúdo da proposta, conforme apresentado no sistema eletrônico sob pena de desclassificação dela, caso não o faça.

3.8. Após a finalização da fase de lances, não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente justificado, comprovado e aceito pelo (a) Pregoeiro (a).

3.9. Os licitantes arcarão integralmente com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, independente do resultado do procedimento licitatório;

3.10. É de responsabilidade da licitante, o acompanhamento diário da licitação no sistema eletrônico, no que se refere às informações deixadas pelo (a) Pregoeiro (a) nos campos “CHAT MENSAGEM” do Item, “CONSULTAR MENSAGENS” e em “DOCUMENTOS”, tanto quanto aos prazos e alterações de situação, até a ADJUDICAÇÃO do certame.

3.11 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do inciso IX, do artigo 71, da CF/88; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

4.1. A partir do horário previsto neste EDITAL, terá início a sessão de abertura do Pregão Eletrônico, ficando os licitantes no aguardo do término da análise da conformidade das propostas e início da disputa de preços, quando poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

4.1.1 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. Os lances deverão ser oferecidos pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

4.3. Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último ofertado pelo próprio licitante e registrado no sistema. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

4.4. Durante o transcurso da sessão pública os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance.

4.5. O tempo normal da etapa competitiva será encerrado por decisão da Pregoeira, que informará do término, com o mínimo de 02 (dois) minutos de antecedência, através de mensagem aos participantes.

4.6. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

4.7. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

4.8. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item 6.5., será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

4.9. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

4.10. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

4.11. Encerrado o tempo normal, o sistema enviará um aviso na tela e um letreiro intermitente que alertará sobre o encerramento da disputa.

4.12. O sistema informará a proposta de MENOR PREÇO POR ITEM imediatamente após o encerramento da etapa competitiva.

4.13. No caso de não haver lances na etapa competitiva, serão considerados os preços obtidos na fase de “Abertura das Propostas Comerciais”.

4.14. A perda de conexão com o sistema eletrônico no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, pelo pregoeiro, não inviabiliza a continuidade do certame. O sistema eletrônico permanecerá acessível às licitantes e os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

4.14.1. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes no site, divulgando data e hora da reabertura da sessão.

4.15. Após o encerramento da etapa competitiva de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado o MENOR PREÇO POR ITEM dentro do valor estimado, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste EDITAL.

4.15.1. A Pregoeira conduzirá a negociação por meio do Sistema Eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

4.16. Se a proposta comercial ou o lance de menor preço dentro do valor estimado, não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro desclassificará a mesma e, examinará a proposta comercial ou o lance subsequente dentro do valor estimado, verificando a sua aceitabilidade e as condições de habilitação, na ordem de classificação e assim sucessivamente.

4.17. A Pregoeira poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à nova licitante arrematante, que tenha lance subsequente ao lance desclassificado, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste EDITAL.

4.18. Inexistindo ou sendo desclassificadas todas as licitantes com propostas comerciais dentro dos valores estimados pela entidade, o pregoeiro em casos excepcionais e justificados, atendendo oportunidade/interesse da entidade, poderá convocar licitantes com propostas comerciais em valores até 10% (dez por cento) acima do valor estimado, para negociação e apresentação de nova proposta comercial, observada a ordenação dos lances/propostas.

4.19. Se, após a negociação prevista no item 9.15, não houver a redução da proposta comercial para valor igual ou inferior ao estimado pela Entidade, a proposta será desclassificada.

4.20. O sistema eletrônico emitirá ata circunstanciada da sessão, na qual estará registrada a indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à “etapa competitiva” do PREGÃO ELETRÔNICO.

4.21 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

4.21.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

5.1. No julgamento das propostas considerar-se-á vencedora aquela que, tendo sido aceita, estiver de acordo com os termos deste EDITAL e seus Anexos e ofertar **MENOR PREÇO POR ITEM**, para a entrega dos produtos nas condições previstas no **Termo de Referência - Anexo I**.

5.2. O sistema eletrônico informará ao licitante detentor da proposta ou do lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após verificação de empate ficto nos termos deste EDITAL, cabendo decisão, pelo (a) Pregoeiro (a), acerca da aceitação do menor lance ofertado e, ainda, negociação visando à redução do valor.

5.3. Havendo empate no momento do julgamento das propostas nos itens de ampla participação será assegurada às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte preferência na contratação,

caso a proposta de menor preço tenha sido apresentada por empresa que não detenha tal condição.

5.3.1. Para efeito de verificação da existência de empate, no caso das microempresas ou das empresas de pequeno porte, serão consideradas as propostas por estas apresentadas iguais ou superiores em até 5% àquela mais bem classificada.

5.3.2. Havendo empate Proceder-se-á da seguinte forma:

5.3.2.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar proposta de preço inferior àquela vencedora do certame no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão.

5.3.2.2. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte, que se apresente neste caso, abdique desse direito ou não venha a ser contratada, serão convocadas, na ordem classificatória, as demais que se enquadrem na mesma hipótese, para o exercício de igual direito.

5.3.2.3. Na situação de empate na forma antes prevista, inexistindo oferta de lances e existindo equivalência nos valores apresentados por mais de uma microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema identificará aquela que primeiro inseriu sua proposta, de modo a possibilitar que esta usufrua da prerrogativa de apresentar oferta inferior à melhor classificada.

5.3.2.4. Caso nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte venha a ser contratada pelo critério de desempate, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

5.4. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao EDITAL.

5.4.1. Ocorrendo a situação a que se refere o presente subitem, o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço.

5.5. O sistema gerará ata circunstanciada, da sessão, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.turvania.go.gov.br e através do provedor <https://bnc.org.br/>.

5.6. A critério do (a) Pregoeiro (a), poderão ser relevados erros ou omissões formais de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas.

5.7. Em caso de necessidade poderá ser solicitada amostra dos produtos por parte da Pregoeira, para a licitante que ofertar o menor preço, para análise e emissão de parecer, sendo que esta ocorrerá **após o término da fase de lances** e a licitante deverá apresentá-las em prazo não superior a 3 (três) dias a contar da data da solicitação juntamente com a documentação de habilitação, na sede da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, sob pena de desclassificação;

5.7.1. Enquanto não expirado o prazo de entrega, o licitante poderá substituir ou efetuar ajustes e modificações na amostra apresentada.

5.7.2. Quando enviadas por via postal, o prazo de entrega será contado a partir da data de postagem das amostras.

5.7.3. A amostra deverá ser acompanhada do Protocolo de Entrega de Amostra, conforme o modelo estabelecido no **ANEXO *****, o qual será subscrito pelo servidor indicado e juntado aos autos do processo;

5.7.4. A (s) amostra (s) será (ão) avaliada (s) pela área técnica a fim de verificar a conformidade do produto ofertado com a descrição e as especificações técnicas constantes do Termo de Referência;

5.7.4.1. Se a amostra for aceita, a (o) Pregoeira (o) declarará o licitante vencedor adjudicando-lhe o objeto, se este tiver cumprido os requisitos de habilitação.

5.7.5. Os produtos entregues para amostras poderão ser retirados pela licitante em até 10 (dez) dias após a divulgação do resultado, nas condições que estas se encontrarem após a avaliação e testes, quando for o caso. Passado este prazo o Município dará destinação a estas. Os produtos entregues não serão deduzidos do futuro contrato, salvo se houver disposição em contrário no Termo de Referência;

5.8 Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.8.1 contiver vícios insanáveis;

5.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

5.8.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.8.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.8.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

5.9 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

5.9.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

5.9.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

5.9.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

5.10 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.11 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

5.12 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

5.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.13 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6. DA HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos relativos à proposta e à habilitação deverão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia, devidamente autenticados por cartório competente, ou por membro da equipe de apoio do órgão licitante.

6.1.1. Para os documentos disponibilizados pela Internet e cuja autenticidade poderá ser verificada via consulta no *site* correspondente, pelo (a) Pregoeiro (a) ou sua equipe de apoio, serão aceitas cópias simples.

6.2. A documentação relativa à habilitação deverá ser apresentada em conformidade com os documentos previstos no Termo de Referência, nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133/21.

6.3.1 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

6.3.2 A habilitação será verificada por meio do SicaF, nos documentos por ele abrangidos.

6.3.2.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SicaF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.3.2.2 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6.3.2.3 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

6.3.3 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

6.3.3.1 para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e,

6.3.3.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

6.3.4 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.3.5 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto em subitens anteriormente descritos.

6.4 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

6.5 RELATIVAMENTE Á QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

6.6 As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

6.7 Apresentar Alvará pela Vigilância Sanitária Sanitário (ou Licença Sanitária) da empresa licitante, expedido Estadual ou Municipal, tal como exigido pela Lei Federal n.º 6.360/76 (art. 2º), Decreto Federal n.º 79.094/77 (art. 2º) e Portaria Federal nº 2.814 de 29/05/98, ou original/cópia a de documento que justifique a sua não obrigatoriedade de apresentação conforme legislação municipal ou estadual de origem do licitante;

6.8 Apresentar o Certificado de Registro do Produto, emitido pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária vinculada ao Ministério da Saúde, ou cópia autenticada da publicação no “Diário Oficial da União” com despacho da concessão de Registro ou respectiva declaração de isenção comprovada com documento oficial;

6.5. RELATIVAMENTE À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

6.5.1. Documento de identidade ou outro documento oficial de identificação com fotografia em cópia autenticada; **de quem** representará a empresa junto à licitação.

6.5.2. Ato constitutivo da entidade, sendo:

a) **No caso de empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) **No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

b.1). Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

c) **No caso de sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

d) **No caso de cooperativa:** ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

e) Quando se tratar de **Microempreendedor Individual**, apresentar **Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMI**, expedido pelo Portal do Empreendedor – www.portaldoempreendedor.gov.br.

f) **Comprovante da Condição de Micro ou Pequena Empresa ou assemelhada**, feita por meio **Certidão emitida pela Junta Comercial** ou documento gerado pela **Receita Federal**, por

intermédio de consulta realizada no sítio www.receita.fazenda.gov.br/simples nacional, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias, caso pretenda se beneficiar do tratamento diferenciado concedido pela Lei Complementar nº123/2006;

6.5.3. Decreto de autorização, devidamente publicado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.5.4. Instrumento de procuração que comprove plenos poderes à pessoa credenciada para apresentar proposta, lances, negociar, e participar em qualquer fase deste Pregão. Se for **Instrumento Público**, fica dispensada a verificação dos documentos que comprovem os poderes do outorgante. Se for **Instrumento particular, conforme modelo apresentado no ANEXO III**, devidamente assinada pelo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa licitante, e será examinado por meio do contrato/estatuto social ou procuração, se o outorgante tem poderes para fazê-lo.

6.6. RELATIVAMENTE À REGULARIDADE FISCAL:

6.6.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

6.6.2. Prova de Regularidade relativa ao FGTS, por meio de Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), expedida pela Caixa Econômica Federal (www.caixa.gov.br) ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador", com prazo de validade em vigor na data marcada para abertura dos envelopes e processamento do Pregão;

6.6.3. Prova de situação regular perante a Fazenda Nacional (RFB e PGFN), que abrange todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU), conforme Portaria Conjunta da PGFN/RFB N. 1.751 de 02/10/2014.

6.6.4. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, por meio de Certidão em relação a tributos estaduais (ICMS), expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da licitante;

6.6.5. Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, por meio de Certidão Conjunta em relação a tributos Municipais, expedida pela Prefeitura do domicílio ou sede da licitante;

6.6.6. Prova de inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho, por meio de Certidão de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.jus.br/certidão), conforme Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.

6.7. RELATIVAMENTE À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

6.7.1. Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias corridos. Para esta certidão só será aceita outra validade se estiver expressa no próprio documento.

6.7.1.1. Nos casos de participação de empresa em recuperação judicial, deverá ser apresentado juntamente com a Certidão de Recuperação Judicial atestado emitido pelo juízo em que tramita o procedimento da recuperação judicial, certificando que a empresa está apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento de um futuro contrato com a Administração, levando em consideração o objeto a ser licitado.

6.7.2. Se a licitante for cooperativa ou sociedade não empresária, a certidão mencionada deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil.

6.7.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, **acompanhado do Termo de Abertura e Encerramento, registrado no Órgão Competente**, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou

balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

NO CASO DE MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NÃO SERÁ EXIGIDO O BALANÇO PATRIMONIAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL CONFORME A INSTRUÇÃO NORMATIVA IN N.º 008/2016.

6.7.3.1. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

6.7.3.2. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

6.7.3.3. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão estar acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5764, de 1971, ou de uma declaração sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

6.7.3.4. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), **maior que 1 (um)**, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

6.7.4. O licitante que apresentar índices econômicos igual ou menor que 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui Capital Social ou Patrimônio Líquido equivalente a 10% (dez por cento) do valor total dos itens em que se sagrar vencedora.

6.8 DECLARAÇÕES

6.8.1. Declaração formal da firma licitante, assinada por diretor, sócio ou representante da empresa licitante com poderes devidamente comprovados para tal investidura, contendo informações e declarações conforme **ANEXO V** deste EDITAL;

6.8.2. Declaração de inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, conforme modelo do **ANEXO VI**;

6.8.3. Declaração formal da firma licitante, assinada por diretor, sócio ou representante da empresa licitante com poderes devidamente comprovados para tal investidura, contendo informações e declarações conforme **ANEXO IV** deste EDITAL;

6.8.5. Quando da apresentação da documentação se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz;

6.8.5.1 As declarações constantes deste item podem ser apresentadas em conjunto ou separadamente e devem estar assinadas por diretor, sócio ou representante legal da empresa licitante com poderes devidamente comprovados para tal investidura.

6.8.6 Caso a participação no certame se dê através da matriz, com possibilidade de que a execução contratual se dê por filial, ou vice-versa, a prova de regularidade fiscal deverá ser de ambas.

6.8.7 A licitante que deixar de entregar documentos ou apresentar documentação falsa exigidos para o certame ficará sujeita a penalidade de impedimento de contratação e de licitar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e de descredenciamento no cadastro de fornecedores deste Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste EDITAL, contrato e das demais cominações, segundo disposição do item 15 deste instrumento.

6.8.8 A licitante devidamente enquadrada como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), em conformidade com a Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar os documentos relativos à regularidade fiscal, ainda que existam pendências.

6.8.9 As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, conforme exigido no EDITAL, mesmo que esta apresente alguma restrição, na forma do Art. 43, da Lei complementar nº 123/06.

6.8.10 Havendo alguma restrição na regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, para regularização das pendências, prorrogáveis por igual período, a critério do (a) Pregoeiro (a), desde que solicitado por escrito pela licitante.

6.8.11 A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais previstas, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem do cadastro de reserva ou da classificação, para a assinatura da ata de registro de preços, ou revogar a licitação.

6.9 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.9.1 Apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica, que comprove já ter fornecido os produtos constantes do objeto desta licitação, bem como se foram cumpridos os prazos estabelecidos e o grau de satisfação. Tal atestado deverá ser fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado, assinado e datado.

6.9.2 Todos os medicamentos devem possuir registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) para garantir a segurança e eficácia dos produtos.

7. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar eletronicamente a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

7.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

7.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

7.2.2 a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

7.3 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

7.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante

vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

7.5 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

7.7 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

8. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

8.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

8.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

8.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

8.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

8.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

8.2.1 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

8.3 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

8.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

8.3.1 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas no Decreto Municipal que regulamenta o Sistema de Registro de Preços.

8.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

8.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

8.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

9. DOS RECURSOS E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

- 9.1** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/21, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 9.2** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial até o último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 9.3** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, **pelos seguintes meios:**
- 9.4** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 9.4.1** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 9.5** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 9.6** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.7** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 9.8** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 9.8.1** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 9.8.2** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior **a 10 (dez) minutos.**
- 9.8.3** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 9.8.4** na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 9.9** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.10** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.11** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.12** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.13** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.14** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.15 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.turvania.go.gov.br.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4 Deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5 Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.5 Fraudar a licitação

10.1.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3 Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.8 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2 A Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.2 Advertência;

10.2.3 Multa;

10.2.4 Impedimento de licitar e contratar e

10.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

- 10.3** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 10.3.2** a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 10.3.3** as peculiaridades do caso concreto;
 - 10.3.4** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 10.3.5** os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 10.3.6** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;
- 10.4** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 10.4.2** Para as infrações previstas nos itens 0, 0 e 10.1.3, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.
 - 10.4.3** Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 20% do valor do contrato licitado.
- 10.5** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 10.6** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 10.7** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 0, 0 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 10.8** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 0, 0 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no § 5º, do artigo 156, da Lei n.º 14.133/21.
- 10.9** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
- 10.10** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado

- da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 10.11** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.12** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 10.13** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.14** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 11.2** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 11.3** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 11.4** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 11.5** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 11.6** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 11.7** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 11.8** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 11.9** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

11.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços

11.12 Para dirimir as questões oriundas do presente Edital e não resolvidas na esfera administrativa, é competente o Foro de Turvânia, no estado de Goiás, por mais privilegiado que outro seja.

Turvânia -GO, 04 de março de 2024.

MARIANA CARMÉLIA DOS SANTOS BERNARDO
Agente de Contratação/Pregoeira

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR – CONTRAPARTIDA

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS BÁSICOS DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. 1.1 Este termo de referência tem como objetivo a aquisição de medicamentos para atender à demanda das farmácias das unidades básicas de saúde municipal e do Hospital e Maternidade, conforme detalhado na tabela abaixo e de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	UNID	QUANT.	DESCRIPTIVO		
1	FR	800	ACEBROFILINA 25MG/5 ML INFANTIL 120 ML		
2	FR	800	ACEBROFILINA 50MG/5 ML ADULTO 120 ML		
3	ENV	5000	ACETILCISTEÍNA GRANULADO 600 MG		
4	FR	200	ACETILCISTEINA XPE 20MG INF.120 ML		
5	CPR	30000	ACICLOVIR 200MG COMPRIMIDO		
6	UNID	800	ACICLOVIR 50 MG/G CREME 10GR		
7	CPR	40000	ACIDO ACETIL SALICILICO 100 MG		
8	FR	800	ACIDO ASCORBICO 200 MG/ML 20 ML		
9	CPR	40000	ACIDO ASCORBICO 1G COMPRIMIDO EFERVECENTE		
10	CPR	5000	ACIDO TRANEXAMICO 250MG COMPRIMIDO		
11	CPR	30000	ÁCIDO FÓLICO 5MG COMPRIMIDO		
12	CAPS	1000	ACIDO VALPRÓICO 250MG CÁPSULA		
13	FR	200	ACIDO VALPRÓICO 250MG/5ML XAROPE FRASCO 100ML		
14	CPR	12000	ÁCIDO VALPRÓICO 500MG COMPRIMIDO		
15	CPR	10000	ALBENDAZOL 400MG COMPRIMIDO		
16	FR	4000	ALBENDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL 10 ML		
17	CPR	2000	ALENDRONATO SÓDICO 70MG COMPRIMIDO		
18	CPR	20000	ALOPURINOL 100MG COMPRIMIDO		
19	CPR	20000	ALOPURINOL 300 MG COMPRIMIDO		
20	CPR	30000	ALPRAZOLAM 0,5 MG COMPRIMIDO		
21	CPR	30000	ALPRAZOLAM 1,0 MG COMPRIMIDO		

22	CPR	30000	ALPRAZOLAM 2.0 MG COMPRIMIDO		
23	FR	800	AMBROXOL 3MG XPE INF. 120 ML		
24	FR	1000	AMBROXOL 6MG XPE ADULTO 120 ML		
25	CPR	2000	AMINOFILINA 100 MG COMPRIMIDO		
26	CPR	2000	AMINOFILINA 200 MG COMPRIMIDO		
27	CPR	40000	AMIODARONA 200 MG COMPRIMIDO		
28	CPR	70000	AMITRIPTILINA CLORIDRATO 25MG COMPRIMIDO		
29	CPR	10000	AMOXICILINA + CLAVULANATO 500MG/125MG COMPRIMIDO		
30	FR	300	AMOXICILINA 250MG/5ML C/150 ML		
31	FR	600	AMOXICILINA 250MG/5ML C/60 ML		
32	CPS	12000	AMOXICILINA 500MG CÁPSULA		
33	FR	4000	AMOXICILINA TRI-HIDRATADA+CLAVULANATO DE POTASSIO 400 MG+57 MG/5ML FRASCO 70 ML		
34	CPR	50000	ANLODIPINO BESILATO 10MG COMPRIMIDO		
35	CPR	10000	ANLODIPINO BESILATO 2,5MG COMPRIMIDO		
36	CPR	50000	ANLODIPINO BESILATO 5MG COMPRIMIDO		
37	CPR	30000	ATENOLOL 100MG COMPRIMIDO		
38	CPR	80000	ATENOLOL 25MG COMPRIMIDO		
39	CPR	80000	ATENOLOL 50 MG COMPRIMIDO		
40	FR	100	AZITROMICINA 40 MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL 900 MG		
41	CPR	30000	AZITROMICINA 500 MG COMPRIMIDO		
42	FR	1000	AZITROMICINA SUSPENSÃO 600 MG		
43	CAPS	30000	BROMOPRIDA 10 MG CAPSULA		
44	FR	300	BROMOPRIDA 4MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML		
45	FR	10000	BUDESONIDA 50MCG SPRAY NASAL 120 DOSES 6ML		
46	CPR	5000	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10 MG COMPRIMIDO		
47	FR	100	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DAPIRONA GOTAS		
48	CPR	30000	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA +DAPIRONA COMPRIMIDO		
49	CPR	40000	CAPTOPRIL 25 MG COMPRIMIDO		
50	CPR	30000	CAPTOPRIL 50 MG COMPRIMIDO		
51	FR	100	CARBAMAZEPINA 2% SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100 ML		
52	CPR	50000	CARBAMAZEPINA 200MG COMPRIMIDO		
53	CPR	20000	CARBAMAZEPINA 400MG COMPRIMIDO		
54	CPR	3000	CARBONATO DE CÁLCIO + COLECALCIFEROL 500 MG DE CÁLCIO + 200 UI COMPRIMIDO		
55	CPR	2000	CARBONATO DE CALCIO 500 MG COMPRIMIDO		
56	CPR	10000	CARVEDILOL 12,5 MG COMPRIMIDO		
57	CPR	5000	CARVEDILOL 3,125 MG COMPRIMIDO		
58	CPR	30000	CARVEDILOL 6,25 MG COMPRIMIDO		
59	CPR	10000	CARVEDILOL 25 MG COMPRIMIDO		

60	FR	400	CEFADROXILA 250MG/5ML		
61	CAPS	15000	CEFADROXILA 500 MG CAPSULA		
62	FR	200	CEFALEXINA 250MG/5ML SUSPENSÃO FRASCO 60ML		
63	CPR	30000	CEFALEXINA 500 MG COMPRIMIDO		
64	CPR	6000	CETOCONAZOL 200MG COMPRIMIDO		
65	TB	500	CETOCONAZOL CREME		
66	CPR	20000	CICLOBENZAPRINA, CLORIDRATO 5MG COMPRIMIDO.		
67	CPR	20000	CICLOBENZAPRINA, CLORIDRATO 10MG COMPRIMIDO.		
68	CPR	5000	CIMETIDINA 200 MG COMPRIMIDO		
69	CPR	4000	CINARIZINA 25 MG COMPRIMIDO		
70	CPR	15000	CINARIZINA 75 MG COMPRIMIDO		
71	CPR	20000	CIPROFLOXACINA 500MG COMPRIMIDO		
72	UNID	200	CLOBETAZOL 0,5 MG POMADA 30 G		
73	FR	200	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20ML		
74	CPR	20000	CLONAZEPAM 0,5MG COMPRIMIDO		
75	CPR	40000	CLONAZEPAM 2MG COMPRIMIDO		
76	FR	1000	CLORETO DE SODIO 0,9 %-SOLUÇÃO NASAL 50 ML		
77	UNID	1000	CLORIDRATO DE NAFAZOLINA 0,5 MG/ML SOLUÇÃO NASAL		
78	CPR	5000	CLORPROMAZINA CLORIDRATO 100MG COMPRIMIDO		
79	CPR	5000	CLORPROMAZINA CLORIDRATO 25 MG COMPRIMIDO		
80	CPR	8000	COLCHICINA 0,5 MG COMPRIMIDO		
81	CPR	10000	COLECALCIFEROL 2.000 UI COMPRIMIDO		
82	CPR	10000	COLECALCIFEROL 5.000 UI COMPRIMIDO		
83	CAPS	10000	COLECALCIFEROL 50.000 UI CAPSULA		
84	CPR	30000	COMPLEXO B COMPRIMIDO		
85	FR	400	COMPLEXO B LIQUIDA		
86	FR	300	DEXAMETASONA 0,1 MG/ML ELIXIR FRASCO 100ML		
87	TB	3000	DEXAMETASONA 0,1% CREME 10G		
88	CPR	5000	DEXAMETASONA 4MG-COMPRIMIDO		
89	FR	1000	DEXCLORFENIRAMINA +BETAMETASONA 2 + 0,25 MG/5ML XAROPE		
90	CPR	20000	DEXCLORFENIRAMINA 2 MG COMPRIMIDO		
91	FR	2000	DEXCLORFENIRAMINA 2MG/5ML		
92	CPR	30000	DIAZEPAN 10 MG COMPRIMIDO		
93	CPR	10000	DIAZEPAN 5 MG COMPRIMIDO		
94	CPR	6000	DICLOFENACO DE SÓDIO 50 MG COMPRIMIDO		
95	CPR	5000	DIGOXINA 0,25MG COMPRIMIDO		
96	CPR	8000	DIMETICONA 40MG COMPRIMIDO		
97	CPR	150000	DIPIRONA SÓDICA 500MG COMPRIMIDO		
98	FR	2000	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML GOTAS FRASCO 10ML		
99	FR	2000	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML GOTAS FRASCO 20ML		
100	CPR	1000	DOXAZOSINA 2MG COMPRIMIDO		

101	CPR	1000	DOXAZOSINA 4MG COMPRIMIDO		
102	CPR	5000	DOXICICLINA, CLORIDRATO 100MG COMPRIMIDO.		
103	FR	800	DROPROPIZINA 1,5 MG/ML XPE 120ML		
104	FR	800	DROPROPIZINA 3,0 MG/ML XPE 120ML		
105	CPR	25000	ENALAPRIL, MALEATO 10MG COMPRIMIDO.		
106	CPR	25000	ENALAPRIL, MALEATO 20MG COMPRIMIDO.		
107	CPR	30000	ESPIRONOLACTONA 25MG COMPRIMIDO		
108	CPR	8000	FENITOINA 100 MG COMPRIMIDO		
109	CPR	20000	FENOBARBITAL 100MG COMPRIMIDO		
110	FR	500	FENOBARBITAL 40MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML		
111	FR	200	FENOTEROL, BROMIDRATO 5MG/ML GOTAS 20 ML.		
112	CX	200	FLORATIL (SACCHAROMYCES BOULARDII) 100 MG COM 12 CAPSULAS USO ORAL ADULTO E INFANTIL		
113	CX	400	FLORATIL (SACCHAROMYCES BOULARDII) 200 MG 6 CAPSULAS USO ORAL ADULTO E INFANTIL		
114	CAPS	10000	FLUCONAZOL 150MG CÁPSULA		
115	CAPS	80000	FLUOXETINA CLORIDRATO 20MG CÁPSULA		
116	CPR	20000	FUROSEMIDA 40MG COMPRIMIDO.		
117	CPR	100000	GLIBENCLAMIDA 5MG COMPRIMIDO		
118	CPR	30000	GLICLAZIDA 30MG COMPRIIDO LIBERAÇÃO PROLONGADA		
119	CPR	30000	GLICLAZIDA 60MG COMPRIIDO LIBERAÇÃO PROLONGADA		
120	CPR	6000	HALOPERIDOL CLORIDRATO 5MG COMPRIMIDO		
121	CPR	100000	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG COMPRIMIDO		
122	CPR	1000	HIDROXICLOROQUINA 400MG COMPRIMIDO		
123	FR	300	HIDROXIDO ALUMINIO 60 MG/ML C/100 ML SUSP. PVC		
124	FR	300	HIDROXIDO ALUMINIO 60 MG/ML C/150 ML SUSP. PVC		
125	FR	100	HIDROXIQUINOLINA+TRJETANOLAMINA 0,4MG/ML/140MG/ML(SOLUÇÃO OTOLÓGICA)		
126	CPR	20000	IBUPROFENO 300MG COMPRIMIDO		
127	CPR	20000	IBUPROFENO 600 MG COMPRIMIDO		
128	FR	1000	IBUPROFENO SOLUÇÃO ORAL 50MG/ML FRASCO 30 ML		
129	CPR	5000	IVERMECTINA 6 MG COMPRIMIDO		
130	CPR	10000	LEVOFLOXACINO HEMI-HIDRATADO 500MG COMPRIMIDO		
131	CPR	2000	LEVOFLOXACINO HEMI-HIDRATADO 750 MG COMPRIMIDO		
132	CPR	15000	LEVOTIROXINA SÓDICA 100MCG COMPRIMIDO		
133	CPR	60000	LEVOTIROXINA SÓDICA 25MCG COMPRIMIDO		
134	CPR	70000	LEVOTIROXINA SÓDICA 50MCG COMPRIMIDO		
135	UND	1000	LORATADINA 1 MG/ML XAROPE		
136	CPR	20000	LORATADINA 10MG COMPRIMIDO		

137	CPR	250000	LOSARTANA POTASSICA 50 MG COMPRIMIDO		
138	CPT	10000	MELOXICAM 15MG		
139	CPR	60000	METFORMINA CLORIDRATO 500MG COMPRIMIDO		
140	CPR	80000	METFORMINA CLORIDRATO 850MG COMPRIMIDO		
141	CPR	10000	METILDOPA 250 MG COMPRIMIDO		
142	CPR	20000	METILDOPA 500 MG COMPRIMIDO		
143	CPR	10000	METRONIDAZOL 250MG COMPRIMIDO		
144	CPR	10000	METRONIDAZOL 400 MG COMPRIMIDO		
145	FR	200	METRONIDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100 ML		
146	TB	500	METRONIDAZOL GELEIA VAGINAL 100 MG/G COM 50 G C/ APLICADOR		
147	TB	400	MICONAZOL CREME DERMATOLOGICO 20 MG/G C/ 28 GR		
148	TB	400	MICONAZOL CREME VAGINAL 80G C/ APLICADOR		
149	FR	200	MOXIFLOXACINO 0,5%+ FOSFATO DE DEXAMETASONA 0.1% COLIRIO 5 ML		
150	TB	1000	NEOMICINA, SULFATO 5MG/G+ BACITRACINA 250UI/G POMADA BISNAGA 10 GR.		
151	CPR	20000	NIFEDIPINO 10MG COMPRIMIDO		
152	CPR	30000	NIFEDIPINO 20MG COMPRIMIDO		
153	CPR	20000	NIMESULIDA 100MG COMPRIMIDO		
154	FR	100	NISTATINA 100.000 UI SUSPENSÃO ORAL FRASCO 50 ML		
155	TB	600	NISTATINA 25.000UI/G CREME VAGINAL BISNAGA 60 GR		
156	CPR	500	NORTRIPTILINA CLORIDRATO 25MG CAPSULA		
157	FR	200	OLEO MINERAL SOLUÇÃO FRASCO 100 ML		
158	CPR	30000	OLMESARTANA MEDOXOMILA 20MG + HIDROCLOROTIAZIDA 12,5MG COMPRIMIDO		
159	CAPS	100000	OMEPRAZOL 20MG CÁPSULA		
160	TB	200	ÓXIDO DE ZINCO + NISTATINA - 200MG + 100000UI/G POMADA 60G		
161	FR	600	PARACETAMOL 200MG/ML GOTAS FRASCO 15 ML		
162	CPR	20000	PARACETAMOL 500MG COMPRIMIDO		
163	CPR	10000	PARACETAMOL 750 MG COMPRIMIDO		
164	FR	300	PASTA D'ÁGUA 100 G		
165	UNID	2000	PERMANGANATO DE POTÁSSIO 100 MG COMPRIMIDO		
166	FR	100	PERMETRINA LOÇÃO 5 % FRASCO 60 ML		
167	FR	600	PREDNISOLONA, FOSFATO SODICO 3MG/ML C/ 60 ML.		
168	CPR	10000	PREDNISONA 20MG, COMPRIMIDO		
169	CPR	5000	PREDNISONA 5MG, COMPRIMIDO		
170	CPR	10000	PROMETAZINA 25 MG COMPRIMIDO		
171	CPR	20000	PROPRANOLOL CLORIDRATO 40MG COMPRIMIDO		
172	UNID	5000	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL PÓ ENVELOPE 27,9G		

173	UNID	500	SALBUTAMOL, SULFATO 100MCG/DOSE - AEROSSOL ORAL FRASCO 200 DOSES.		
174	FR	100	SALBUTAMOL, SULFATO 2,4 MG/5ML XAROPE		
175	CPR	80000	SERTRALINA CLORIDRATO 50MG COMPRIMIDO		
176	CPR	10000	SIMETICONA 40MG COMPRIMIDO		
177	FR	500	SIMETICONA 75MG/ 10 ML		
178	CPR	120000	SINVASTATINA 20 MG COMPRIMIDO		
179	CPR	10000	SUCCINATO DE METOPROLOL 50MG		
180	CPR	10000	SULFAMETOXAZOL 400MG + TRIMETROPINA 80MG COMPRIMIDO		
181	FR	300	SULFAMETOXAZOL 40MG/ML + TRIMETROPINA 8MG/ML SUSPENSÃO FRASCO 50 ML		
182	FR	500	SULFATO FERROSO 125MG/ML, SOLUÇÃO ORAL - GOTAS-30 ML - SABOR FRAMBOESA.		
183	CPR	50000	SULFATO FERROSO 40MG COMPRIMIDO		
184	FR	40	TETRACAÍNA, CLORIDRATO DE 1% + CLORIDRATO DE FENILEFRINA 0,1% COLIRIO 5 ML		
185	FR	60	TIABENDAZOL 50 MG/ML LOÇÃO FRASCO C/ 60 ML		
186	TB	100	TIABENDAZOL 5% - 50 MG/G POMADA BISNAGA 45G - USO ADULTO E PEDIATRICO/USO TOPICO		
187	CPR	5000	TIBOLONA 2,5MG COMPRIMIDO		
188	CPR	10000	TIAMINA CLORIDRATO 300 MG COMPRIMIDO		
189	FR	100	TIMOLOL MALEATO 2,5 MG/ML (0,25%) SOLUÇÃO OFTÁLMICA		
190	FR	100	TOBRAMICINA 3MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO C/ 5 ML		
191	CPR	6000	VARFARINA SÓDICA 5MG COMPRIMIDO		

1.2.

1.3.

1.4. 1.2. Os produtos objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.5. 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.6. 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas, na forma do artigo 94 da Lei nº 14.133, de 2021, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7. 1.5. A minuta contratual conterá o detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação, nos termos da legislação vigente.

2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.8. 2.1 A Fundamentação da Contratação com seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADA O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

1.9. 3.1 A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2 Este documento refere-se à prestação do serviço de dispensa e abastecimento de medicamentos essenciais, garantidos como direito fundamental a todos os cidadãos pela Constituição Federal. O município, comprometido com o bem-estar e a saúde de seus habitantes e visitantes, considera o acesso a medicamentos como indispensável dentro do Sistema de Saúde.

3.3 Os medicamentos fornecidos serão prescritos pelos médicos, priorizando-se produtos genéricos, quando disponíveis. Em casos onde genéricos não estejam disponíveis, serão fornecidos medicamentos de acordo com a prescrição médica, seguindo a denominação comum brasileira (DCB) e a denominação comum internacional (DCI) para garantir a ética e a precisão na dispensa.

3.4 Este serviço tem como objetivo atender às necessidades básicas de saúde da população, garantindo o acesso a medicamentos essenciais em conformidade com as diretrizes médicas e regulamentações sanitárias vigentes.

3.5 Os produtos fornecidos neste procedimento devem ser de excelente qualidade e estar em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), da Vigilância Sanitária e outras normas aplicáveis ao objeto em questão.

3.6 Todos os medicamentos devem possuir registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) para garantir a segurança e eficácia dos produtos.

3.7 O fornecedor é responsável por garantir a integridade dos medicamentos durante o transporte e armazenamento, adotando boas práticas de distribuição e armazenagem conforme regulamentação. Qualquer discrepância entre os medicamentos entregues e as especificações deste termo de referência deve ser comunicada e resolvida de maneira colaborativa entre as partes envolvidas.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Da Sustentabilidade:

5.1.1. 4.1.1 Não incidem critérios de sustentabilidade no presente licitação por se tratar de produtos farmacêuticos, elaborados e obtidos tecnicamente, com rigoroso controle técnico, com a finalidade de prevenir, curar doenças ou aliviar seus sintomas, conforme especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

5.1.2. 4.2 Não será admitida à subcontratação do objeto contratual.

4.3 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.4 Os itens mencionados não serão necessariamente adquiridos em sua totalidade, uma vez que as quantidades indicadas são apenas estimativas e servem como base para a adjudicação e posterior convocação para a assinatura da Ata de Registro de Preços. As licitantes que forem adjudicadas para fornecer os itens especificados terão o direito exclusivo de fornecimento até o término da vigência contratual, mas é importante ressaltar que a Administração não está obrigada a adquirir antecipadamente os produtos listados. Portanto, o Município de Turvânia, GO, não se responsabiliza por eventuais prejuízos financeiros decorrentes dessa situação. Os licitantes não terão direito a recurso sob a alegação de expectativa de compra por parte do Município.

5 DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 5 dias, contados da nota de empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os medicamentos deverão ser entregues de acordo com a ordem e fornecimento;

5.4. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços: Rua do Comércio nº724, Setor Poções – (Unidade Básica de Saúde Maria Conceição Dias);

5.5. Os medicamentos deverão ser entregues de acordo com a ordem e fornecimento;

5.6. O horário de entrega dos materiais serão de segunda a sexta-feira, das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

5.7. Os custos de transportes são de responsabilidade do fornecedor ganhador da licitação.

5.8. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 1 (um) ano.

6 DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 5.1.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 5.1.4. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 5.1.5. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 5.1.6. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 5.1.7. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 5.1.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
- 5.1.9. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 5.1.10. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 5.1.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 5.1.12. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 5.1.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 5.1.14. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- 5.1.15. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 5.1.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

7 DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

5.2. 7.1 Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

5.3. 7.2 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos de forma imediata, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4. 7.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.5. 7.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

5.6. 7.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.7. 7.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.8. 7.7 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

5.9. 7.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.10. 7.9 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

5.10.1. *7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.*

5.11. 7.10 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.11.1. 7.10.1. o prazo de validade;

8.11.2. *7.10.2. a data da emissão;*

8.11.3. *7.10.3.os dados do contrato e do órgão contratante;*

8.11.4. *7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;*

8.11.5. *7.10.5. o valor a pagar; e*

8.11.6. *7.10.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.*

- 8.12. 7.11 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 8.13. 7.12 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.14. 7.13 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 8.15. 7.14 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 8.16. 7.15 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverão comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.17. 7.16 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 8.18. 7.17 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 8.19. 7.18 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa.
- 8.20. 7.19 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.
- 8.21. 7.20 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 8.22. 7.21 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.23. 7.22 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.24. 7.22.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.25. 7.23 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8 DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E DA FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

8.2. O fornecimento do objeto será continuado.

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária,** sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.11. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do

Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

- 8.12. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (artigos 17 a 19 e 165).
- 8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

- 8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.19. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de Declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de

2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;
- 8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, nos termos do inciso II, do artigo 69, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
- 8.25.1. 8.24.1 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 8.25.2. 8.24.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 8.25.3. 8.24.3 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 8.25.4. 8.24.4 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 8.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de% [até 10%] do [valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente].
- 8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 8.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

- 8.28. As empresas participantes deverão apresentar:
- 8.28.1 Alvará da Vigilância Sanitária Municipal em vigência.

8.28.2 Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa já realizou atividade semelhante ou igual à deste Termo.

8.25.5. *8.28.3 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.*

8.25.6. *8.28.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.*

8.25.7. *8.28.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.*

8.25.8. *8.28.6 Licença de funcionamento conferido pelo órgão Sanitário Estadual e/ou Municipal dentro do prazo de validade.*

8.25.9. *8.28.7 Autorização de funcionamento expedida pela ANVISA com publicação no D.O.U (Diário Oficial da União).*

8.29 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.25.10. 8.29.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [artigos 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.25.11. 8.29.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.25.12. 8.29.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.25.13. 8.29.4 O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.25.14. 8.29.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.25.15. 8.29.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.25.16. 8.29.7 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9 DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.26. 9.1 A pesquisa de mercado consistirá na análise dos preços praticados em três diferentes locais. O montante estimado para despesas é de R\$ 1.519.666,22 (Um milhão, quinhentos e dezenove mil, seiscentos e sessenta e seis reais e vinte e dois centavos), destinado à aquisição de medicamentos para

atender às unidades básicas de saúde, e hospital e maternidade municipal. O fornecimento dos medicamentos será realizado sob demanda, conforme a necessidade identificada pelo Departamento de Assistência Farmacêutica.

8.27. A Secretaria de Saúde de Turvânia - GO terá a prerrogativa de requisitar os medicamentos sempre que julgar necessário, visando assegurar a provisão de itens básicos essenciais àqueles que deles necessitam apóstolos na Tabela a seguir.

8.28. 9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

8.29. 9.3 Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

9.4 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;](#)

8.29.1. 9.5 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

8.29.2. 9.6 Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

8.29.3. 9.7 Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10 DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.30. 10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária Anual.

8.31. 10.2. A contratação será atendida pela dotação anexada ao processo administrativo

8.32. 10.3. As despesas serão provenientes da fonte de recurso:

8.33. 102 - 1.02.000 - Receitas de Impostos e Transf.-Saúde

8.34. 701 - 1.07.008 - Atenção Primária

8.35. 703 - 1.07.013 - Assistência Farmacêutica

8.36. 181 - 1.81.000 - Emenda P.I Transferência Especial

8.37. 131 - 1.31.000 - Transferência de Recursos do SUS-Estados

8.38. 10.4 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

8.39. Turvânia, 29 de Janeiro de 2024.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVÂNIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DAF - DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA
FARMACÊUTICA
TURVÂNIA - GOIÁS - BRASIL

Maik Cândido Xavier
Farmacêutico
CRF – GO 17.911

Jordana Reis S. Araújo
Farmacêutica
CRF – GO 21.288

APÊNDICE DO ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 – INFORMAÇÕES BÁSICAS

Processo Administrativo nº: 476/2024

Área Requisitante: Fundo Municipal de Saúde – Turvânia - GO

Objeto da Contratação: Medicamentos registrados na Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME)

Vigência da Contratação: 12 meses (prorrogável por mais 12 meses).

Modalidade: Pregão Eletrônico Registro de Preços

2 - ALINHAMENTOS ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação pretendida encontra amparo no planejamento de contratações do órgão, já que ocorre todos os anos, sendo a quantificação vinculada a média utilizada nos últimos anos, assim como a qualificação dos itens a serem adquiridos.

3 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A contratação pretende solucionar o problema seguinte:

Os Produtos solicitados pelo Departamento de Assistência Farmacêutica, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, serão utilizados nas dispensas, solicitadas pela equipe Multidisciplinar, a qual solicitara á seus pacientes, em concordância de sua necessidade. Abastecendo então Duas unidades Básicas de Saúde e Hospital e Maternidade Municipal. A solicitação demanda itens de necessidade básica instituída pela comissão Farmacoterapêutica de Medicamentos e Insumos Essenciais (CFT) Portaria Municipal N°2363/2022 de 25 de outubro de 2022, aprovada pela Comissão Municipal de Saúde pela Resolução N° 010/2022 de 13 de Novembro de 2022 para sequenciar á demanda do município guardando A Constituição Federal, que traz a saúde, como direito fundamental a todos, sendo tratado como indispensável para este município, que preza sempre pelo bem-estar e a saúde de seus habitantes e visitantes, garantindo um atendimento integral no Sistema de Saúde. O município atende em média por mês 2.500 consultas médicas na Atenção Básica e cerca de 1600 consultas no Hospital e Maternidade Municipal, por isso é necessário sempre manter a disposição dos pacientes, todo um aparato, capaz de socorrer a demanda prescrita da nossa rede municipal e os de redes específicas para o ano de 2024.

4- DESCRIÇÕES DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para o problema indicado acima ser solucionado, entende-se necessário que a contratação apresente os seguintes requisitos:

- Atender as exigências dos padrões de identificação e qualidade estabelecidos pelos órgãos competentes (**ANVISA**, etc.);
- Padrões mínimos de qualidade, de forma a permitir a seleção da proposta mais vantajosa;
- Os itens licitados devem ser entregues com o **prazo de validade de no mínimo 01 (um) ano**;
- Os itens deverão possuir garantia contra não conformidades de fabricação, a contar do recebimento definitivo dos mesmos.
- O contratado deverá prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados, relacionados com as características dos produtos fornecidos.
- O contratado deverá arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do fornecimento dos produtos, sem qualquer ônus para a municipalidade.

5 - LEVANTAMENTO DO MERCADO

Analisando o mercado, entendem-se viáveis as seguintes alternativas, abaixo indicadas com os seus prós e contras:

O contratado deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto demandado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

O contratado deverá fornecer gêneros produzidos de acordo com as normas vigentes, especialmente as sanitárias, de boa qualidade e de excelente aceitação no mercado.

Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa especializada cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido.

Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da municipalidade. Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar. Assim, a variação se dá pela modalidade de licitação aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade normativa. Efetivamente, irá se utilizar **cotações/orçamentos**.

Logo, a aquisição objeto do presente Estudo Técnico Preliminar se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente aquisição por órgãos públicos, em todas as suas esferas.

ITEM OBRIGATÓRIO

6 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Diante das alternativas apresentadas pelo mercado, sopesando-se os prós e contras de cada uma delas, entende-se que a melhor solução para a satisfação do interesse público é:

A solução proposta envolve a aquisição de medicamentos para fins de abastecimento medicamentoso das Unidades Básica de Saúde, e Hospitalar e Maternidade Municipal.

Todos os demais elementos necessários ao atendimento à demanda da Administração estarão dispostos no Termo de Referência, entre eles as obrigações e responsabilidades da contratada e demais especificidades do objeto.

7- ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Entende-se necessária a contratação dos seguintes itens e quantitativos:

ITEM	UNID	QUANT.	DESCRIPTIVO
1	FR	800	ACEBROFILINA 25MG/5 ML INFANTIL 120 ML
2	FR	800	ACEBROFILINA 50MG/5 ML ADULTO 120 ML
3	ENV	5000	ACETILCISTEÍNA GRANULADO 600 MG
4	FR	200	ACETILCISTEÍNA XPE 20MG INF.120 ML
5	CPR	30000	ACICLOVIR 200MG COMPRIMIDO
6	UNID	800	ACICLOVIR 50 MG/G CREME 10GR
7	CPR	40000	ACIDO ACETIL SALICILICO 100 MG
8	FR	800	ACIDO ASCORBICO 200 MG/ML 20 ML
9	CPR	40000	ACIDO ASCORBICO 1G COMPRIMIDO EFERVECENTE
10	CPR	5000	ACIDO TRANEXAMICO 250MG COMPRIMIDO
11	CPR	30000	ÁCIDO FÓLICO 5MG COMPRIMIDO
12	CAPS	1000	ACIDO VALPRÓICO 250MG CÁPSULA
13	FR	200	ACIDO VALPRÓICO 250MG/5ML XAROPE FRASCO 100ML
14	CPR	12000	ÁCIDO VALPRÓICO 500MG COMPRIMIDO
15	CPR	10000	ALBENDAZOL 400MG COMPRIMIDO
16	FR	4000	ALBENDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL 10 ML
17	CPR	2000	ALENDRONATO SÓDICO 70MG COMPRIMIDO
18	CPR	20000	ALOPURINOL 100MG COMPRIMIDO
19	CPR	20000	ALOPURINOL 300 MG COMPRIMIDO
20	CPR	30000	ALPRAZOLAM 0,5 MG COMPRIMIDO
21	CPR	30000	ALPRAZOLAM 1,0 MG COMPRIMIDO
22	CPR	30000	ALPRAZOLAM 2.0 MG COMPRIMIDO
23	FR	800	AMBROXOL 3MG XPE INF. 120 ML
24	FR	1000	AMBROXOL 6MG XPE ADULTO 120 ML

25	CPR	2000	AMINOFILINA 100 MG COMPRIMIDO
26	CPR	2000	AMINOFILINA 200 MG COMPRIMIDO
27	CPR	40000	AMIODARONA 200 MG COMPRIMIDO
28	CPR	70000	AMITRIPTILINA CLORIDRATO 25MG COMPRIMIDO
29	CPR	10000	AMOXICILINA + CLAVULANATO 500MG/125MG COMPRIMIDO
30	FR	300	AMOXICILINA 250MG/5ML C/150 ML
31	FR	600	AMOXICILINA 250MG/5ML C/60 ML
32	CPS	12000	AMOXICILINA 500MG CÁPSULA
33	FR	4000	AMOXICILINA TRI-HIDRATADA+CLAVULANATO DE POTASSIO 400 MG+57 MG/5ML FRASCO 70 ML
34	CPR	50000	ANLODIPINO BESILATO 10MG COMPRIMIDO
35	CPR	10000	ANLODIPINO BESILATO 2,5MG COMPRIMIDO
36	CPR	50000	ANLODIPINO BESILATO 5MG COMPRIMIDO
37	CPR	30000	ATENOLOL 100MG COMPRIMIDO
38	CPR	80000	ATENOLOL 25MG COMPRIMIDO
39	CPR	80000	ATENOLOL 50 MG COMPRIMIDO
40	FR	100	AZITROMICINA 40 MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL 900 MG
41	CPR	30000	AZITROMICINA 500 MG COMPRIMIDO
42	FR	1000	AZITROMICINA SUSPENSÃO 600 MG
43	CAPS	30000	BROMOPRIDA 10 MG CAPSULA
44	FR	300	BROMOPRIDA 4MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML
45	FR	10000	BUDESONIDA 50MCG SPRAY NASAL 120 DOSES 6ML
46	CPR	5000	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10 MG COMPRIMIDO
47	FR	100	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA GOTAS
48	CPR	30000	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA +DIPIRONA COMPRIMIDO
49	CPR	40000	CAPTOPRIL 25 MG COMPRIMIDO
50	CPR	30000	CAPTOPRIL 50 MG COMPRIMIDO
51	FR	100	CARBAMAZEPINA 2% SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100 ML
52	CPR	50000	CARBAMAZEPINA 200MG COMPRIMIDO
53	CPR	20000	CARBAMAZEPINA 400MG COMPRIMIDO
54	CPR	3000	CARBONATO DE CÁLCIO + COLECALCIFEROL 500 MG DE CÁLCIO + 200 UI COMPRIMIDO
55	CPR	2000	CARBONATO DE CALCIO 500 MG COMPRIMIDO
56	CPR	10000	CARVEDIOL 12,5 MG COMPRIMIDO
57	CPR	5000	CARVEDIOL 3,125 MG COMPRIMIDO
58	CPR	30000	CARVEDIOL 6,25 MG COMPRIMIDO
59	CPR	10000	CARVEDIOL 25 MG COMPRIMIDO

60	FR	400	CEFADROXILA 250MG/5ML
61	CAPS	15000	CEFADROXILA 500 MG CAPSULA
62	FR	200	CEFALEXINA 250MG/5ML SUSPENSÃO FRASCO 60ML
63	CPR	30000	CEFALEXINA 500 MG COMPRIMIDO
64	CPR	6000	CETOCONAZOL 200MG COMPRIMIDO
65	TB	500	CETOCONAZOL CREME
66	CPR	20000	CICLOBENZAPRINA, CLORIDRATO 5MG COMPRIMIDO.
67	CPR	20000	CICLOBENZAPRINA, CLORIDRATO 10MG COMPRIMIDO.
68	CPR	5000	CIMETIDINA 200 MG COMPRIMIDO
69	CPR	4000	CINARIZINA 25 MG COMPRIMIDO
70	CPR	15000	CINARIZINA 75 MG COMPRIMIDO
71	CPR	20000	CIPROFLOXACINA 500MG COMPRIMIDO
72	UNID	200	CLOBETAZOL 0,5 MG POMADA 30 G
73	FR	200	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20ML
74	CPR	20000	CLONAZEPAM 0,5MG COMPRIMIDO
75	CPR	40000	CLONAZEPAM 2MG COMPRIMIDO
76	FR	1000	CLORETO DE SODIO 0,9 %-SOLUÇÃO NASAL 50 ML
77	UNID	1000	CLORIDRATO DE NAFAZOLINA 0,5 MG/ML SOLUÇÃO NASAL
78	CPR	5000	CLORPROMAZINA CLORIDRATO 100MG COMPRIMIDO
79	CPR	5000	CLORPROMAZINA CLORIDRATO 25 MG COMPRIMIDO
80	CPR	8000	COLCHICINA 0,5 MG COMPRIMIDO
81	CPR	10000	COLECALCIFEROL 2.000 UI COMPRIMIDO
82	CPR	10000	COLECALCIFEROL 5.000 UI COMPRIMIDO
83	CAPS	10000	COLECALCIFEROL 50.000 UI CAPSULA
84	CPR	30000	COMPLEXO B COMPRIMIDO
85	FR	400	COMPLEXO B LIQUIDA
86	FR	300	DEXAMETASONA 0,1 MG/ML ELIXIR FRASCO 100ML
87	TB	3000	DEXAMETASONA 0,1% CREME 10G
88	CPR	5000	DEXAMETASONA 4MG-COMPRIMIDO
89	FR	1000	DEXCLORFENIRAMINA +BETAMETASONA 2 + 0,25 MG/5ML XAROPE
90	CPR	20000	DEXCLORFENIRAMINA 2 MG COMPRIMIDO
91	FR	1000	DEXCLORFENIRAMINA 2MG/5ML
92	CPR	30000	DIAZEPAN 10 MG COMPRIMIDO
93	CPR	10000	DIAZEPAN 5 MG COMPRIMIDO
94	CPR	6000	DICLOFENACO DE SÓDIO 50 MG COMPRIMIDO
95	CPR	5000	DIGOXINA 0,25MG COMPRIMIDO
96	CPR	8000	DIMETICONA 40MG COMPRIMIDO

97	CPR	150000	DIPIRONA SÓDICA 500MG COMPRIMIDO
98	FR	2000	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML GOTAS FRASCO 10ML
99	FR	2000	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML GOTAS FRASCO 20ML
100	CPR	1000	DOXAZOSINA 2MG COMPRIMIDO
101	CPR	1000	DOXAZOSINA 4MG COMPRIMIDO
102	CPR	5000	DOXICICLINA, CLORIDRATO 100MG COMPRIMIDO.
103	FR	800	DROPROPIZINA 1,5 MG/ML XPE 120ML
104	FR	800	DROPROPIZINA 3,0 MG/ML XPE 120ML
105	CPR	25000	ENALAPRIL, MALEATO 10MG COMPRIMIDO.
106	CPR	25000	ENALAPRIL, MALEATO 20MG COMPRIMIDO.
107	CPR	30000	ESPIRONOLACTONA 25MG COMPRIMIDO
108	CPR	8000	FENITOINA 100 MG COMPRIMIDO
109	CPR	20000	FENOBARBITAL 100MG COMPRIMIDO
110	FR	500	FENOBARBITAL 40MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML
111	FR	200	FENOTEROL, BROMIDRATO 5MG/ML GOTAS 20 ML.
112	CX	200	FLORATIL (SACCHAROMYCES BOULARDII) 100 MG COM 12 CAPSULAS USO ORAL ADULTO E INFANTIL
113	CX	400	FLORATIL (SACCHAROMYCES BOULARDII) 200 MG 6 CAPSULAS USO ORAL ADULTO E INFANTIL
114	CAPS	10000	FLUCONAZOL 150MG CÁPSULA
115	CAPS	80000	FLUOXETINA CLORIDRATO 20MG CÁPSULA
116	CPR	20000	FUROSEMIDA 40MG COMPRIMIDO.
117	CPR	100000	GLIBENCLAMIDA 5MG COMPRIMIDO
118	CPR	30000	GLICLAZIDA 30MG COMPRIMIDO LIBERAÇÃO PROLONGADA
119	CPR	30000	GLICLAZIDA 60MG COMPRIMIDO LIBERAÇÃO PROLONGADA
120	CPR	6000	HALOPERIDOL CLORIDRATO 5MG COMPRIMIDO
121	CPR	100000	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG COMPRIMIDO
122	CPR	1000	HIDROXICLOROQUINA 400MG COMPRIMIDO
123	FR	300	HIDROXIDO ALUMINIO 60 MG/ML C/100 ML SUSP. PVC
124	FR	300	HIDROXIDO ALUMINIO 60 MG/ML C/150 ML SUSP. PVC
125	FR	100	HIDROXIQUINOLINA+TRJETANOLAMINA 0,4MG/ML/140MG/ML(SOLUÇÃO OTOLÓGICA)
126	CPR	20000	IBUPROFENO 300MG COMPRIMIDO
127	CPR	20000	IBUPROFENO 600 MG COMPRIMIDO
128	FR	1000	IBUPROFENO SOLUÇÃO ORAL 50MG/ML FRASCO 30 ML
129	CPR	5000	IVERMECTINA 6 MG COMPRIMIDO
130	CPR	10000	LEVOFLOXACINO HEMI-HIDRATADO 500MG COMPRIMIDO

131	CPR	2000	LEVOFLOXACINO HEMI-HIDRATADO 750 MG COMPRIMIDO
132	CPR	15000	LEVOTIROXINA SÓDICA 100MCG COMPRIMIDO
133	CPR	60000	LEVOTIROXINA SÓDICA 25MCG COMPRIMIDO
134	CPR	70000	LEVOTIROXINA SÓDICA 50MCG COMPRIMIDO
135	UND	1000	LORATADINA 1 MG/ML XAROPE
136	CPR	20000	LORATADINA 10MG COMPRIMIDO
137	CPR	250000	LOSARTANA POTASSICA 50 MG COMPRIMIDO
138	CPT	10000	MELOXICAM 15MG
139	CPR	60000	METFORMINA CLORIDRATO 500MG COMPRIMIDO
140	CPR	80000	METFORMINA CLORIDRATO 850MG COMPRIMIDO
141	CPR	10000	METILDOPA 250 MG COMPRIMIDO
142	CPR	20000	METILDOPA 500 MG COMPRIMIDO
143	CPR	10000	METRONIDAZOL 250MG COMPRIMIDO
144	CPR	10000	METRONIDAZOL 400 MG COMPRIMIDO
145	FR	200	METRONIDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100 ML
146	TB	500	METRONIDAZOL GELEIA VAGINAL 100 MG/G COM 50 G C/ APLICADOR
147	TB	400	MICONAZOL CREME DERMATOLOGICO 20 MG/G C/ 28 GR
148	TB	400	MICONAZOL CREME VAGINAL 80G C/ APLICADOR
149	FR	200	MOXIFLOXACINO 0,5%+ FOSFATO DE DEXAMETASONA 0.1% COLIRIO 5 ML
150	TB	1000	NEOMICINA, SULFATO 5MG/G+ BACITRACINA 250UI/G POMADA BISNAGA 10 GR.
151	CPR	20000	NIFEDIPINO 10MG COMPRIMIDO
152	CPR	30000	NIFEDIPINO 20MG COMPRIMIDO
153	CPR	20000	NIMESULIDA 100MG COMPRIMIDO
154	FR	100	NISTATINA 100.000 UI SUSPENSÃO ORAL FRASCO 50 ML
155	TB	600	NISTATINA 25.000UI/G CREME VAGINAL BISNAGA 60 GR
156	CPR	500	NORTRIPTILINA CLORIDRATO 25MG CAPSULA
157	FR	200	OLEO MINERAL SOLUÇÃO FRASCO 100 ML
158	CPR	30000	OLMESARTANA MEDOXOMILA 20MG + HIDROCLOROTIAZIDA 12,5MG COMPRIMIDO
159	CAPS	100000	OMEPRAZOL 20MG CÁPSULA
160	TB	200	ÓXIDO DE ZINCO + NISTATINA - 200MG + 100000UI/G POMADA 60G
161	FR	600	PARACETAMOL 200MG/ML GOTAS FRASCO 15 ML
162	CPR	20000	PARACETAMOL 500MG COMPRIMIDO
163	CPR	10000	PARACETAMOL 750 MG COMPRIMIDO
164	FR	300	PASTA D'ÁGUA 100 G

165	UNID	2000	PERMANGANATO DE POTÁSSIO 100 MG COMPRIMIDO
166	FR	100	PERMETRINA LOÇÃO 5 % FRASCO 60 ML
167	FR	600	PREDNISOLONA, FOSFATO SODICO 3MG/ML C/ 60 ML.
168	CPR	10000	PREDNISONA 20MG, COMPRIMIDO
169	CPR	5000	PREDNISONA 5MG, COMPRIMIDO
170	CPR	10000	PROMETAZINA 25 MG COMPRIMIDO
171	CPR	20000	PROPRANOLOL CLORIDRATO 40MG COMPRIMIDO
172	UNID	5000	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL PÓ ENVELOPE 27,9G
173	UNID	500	SALBUTAMOL, SULFATO 100MCG/DOSE - AEROSOL ORAL FRASCO 200 DOSES.
174	FR	100	SALBUTAMOL, SULFATO 2,4 MG/5ML XAROPE
175	CPR	80000	SERTRALINA CLORIDRATO 50MG COMPRIMIDO
176	CPR	10000	SIMETICONA 40MG COMPRIMIDO
177	FR	500	SIMETICONA 75MG/ 10 ML
178	CPR	120000	SINVASTATINA 20 MG COMPRIMIDO
179	CPR	10000	SUCCINATO DE METOPROLOL 50MG
180	CPR	10000	SULFAMETOXAZOL 400MG + TRIMETROPINA 80MG COMPRIMIDO
181	FR	300	SULFAMETOXAZOL 40MG/ML + TRIMETROPINA 8MG/ML SUSPENSÃO FRASCO 50 ML
182	FR	500	SULFATO FERROSO 125MG/ML, SOLUÇÃO ORAL - GOTAS-30 ML - SABOR FRAMBOESA.
183	CPR	50000	SULFATO FERROSO 40MG COMPRIMIDO
184	FR	40	TETRACAÍNA, CLORIDRATO DE 1% + CLORIDRATO DE FENILEFRINA 0,1% COLIRIO 5 ML
185	FR	60	TIABENDAZOL 50 MG/ML LOÇÃO FRASCO C/ 60 ML
186	TB	100	TIABENDAZOL 5% - 50 MG/G POMADA BISNAGA 45G - USO ADULTO E PEDIATRICO/USO TOPICO
187	CPR	5000	TIBOLONA 2,5MG COMPRIMIDO
188	CPR	10000	TIAMINA CLORIDRATO 300 MG COMPRIMIDO
189	FR	100	TIMOLOL MALEATO 2,5 MG/ML (0,25%) SOLUÇÃO OFTÁLMICA
190	FR	100	TOBRAMICINA 3MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO C/ 5 ML
191	CPR	6000	VARFARINA SÓDICA 5MG COMPRIMIDO

As unidades e especificações de itens presentes na tabela são justificadas com base nos seguintes critérios:

Quantitativo descrito por **Unidade Individual**, de forma a facilitar a compra.

O quantifico a transcorrer o processo, se da após estimativa em função de consumo/ necessidade de itens imperiosos, dispensados em anos predecessores, levando em consideração o fornecimento anual e/ou por períodos endêmicos dada necessidade.

Salientamos ainda que após os levantamentos realizados, constatarem-se a necessidades de aquisição Medicamentos, relações essenciais já cometidos anteriormente em processo licitatório por meio de sistema de registro de Preço no sentido de suprir as demandas do ano em curso postulado á Secretaria de Saúde Municipal em 2024.

8 – ESTIMATIVA DE VALORES

Estimativa dos valores unitários e globais da contratação, com base em pesquisa simplificada de mercado, a fim de realizar o levantamento do eventual gasto com a solução escolhida (de modo a avaliar a viabilidade econômica da opção) é o seguinte:

- Irá se utilizar **Cotações/Orçamentos**.

A opção pela adoção do levantamento de médias por cotação/orçamento se justifica em virtude da considerável e frequente variação no mercado farmacêutico quanto à atualização de preços. A Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), por meio de suas tabelas, muitas vezes não consegue acompanhar adequadamente a variação anual apresentada pelo mercado, resultando em discordâncias em relação às médias ali estabelecidas. A análise das médias por meio de contratos e atas já publicados é essencial, contudo, não pode prescindir de uma cuidadosa verificação orçamentária no cenário atual do mercado.

A pesquisa de mercado consistirá na análise dos preços praticados em três diferentes locais. O montante estimado para despesas é de R\$ 1.519.666,22 (Um milhão, quinhentos e dezenove mil, seiscentos e sessenta e seis reais e vinte e dois centavos), destinado à aquisição de medicamentos para atender às unidades básicas de saúde, e hospital e maternidade municipal. O fornecimento dos medicamentos será realizado sob demanda, conforme a necessidade identificada pelo Departamento de Assistência Farmacêutica.

A Secretaria de Saúde de Turvânia terá a prerrogativa de requisitar os medicamentos sempre que julgar necessário, visando assegurar a provisão de itens básicos essenciais àqueles que deles necessitam.

9 - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Sugere-se o parcelamento do objeto em grupos/ lotes, conforme especificação abaixo, em razão de ser registro de Preço, e a aquisição será conforme solicitação das Unidades Básicas de Saúde, e Hospital e Maternidade Enfermeira Maria Helena dos Santos.

10 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

11 – RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se, com a contratação, atender a demandas de itens básicas, aqueles referenciados na REMUME abastecendo então as Unidades Básicas de Saúde e Hospital e Maternidade Municipal, para atendimento ambulatorial.

Assegurar a continuidade dos atendimentos e a manutenção dos materiais de rotina, bem como o uso racional dos recursos financeiros;

A atualização permanente da REMUME, trás como instrumento promotor do uso racional e lista orientadora do financiamento e acesso a medicamentos no âmbito da Assistência Farmacêutica, diante da complexidade das necessidades de saúde da população, da velocidade da incorporação tecnológica e dos diferentes modelos de organização e financiamento do sistema de saúde no intuito de promover a efetividade da REMUME enquanto ferramenta da política pública capaz de garantir a oferta de medicamentos no SUS, bem como promover o uso racional de medicamentos. Isto posto, os benefícios diretos e indiretos relacionam-se essencialmente com a salvaguarda da integridade física dos pacientes, cujo tratamento e cura se faz necessitam a aquisição de tais.

12- PROVIDÊNCIAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Para fins de melhorias quanto ao alcance do objetivo pretendido, os gêneros adquiridos serão recebidos e acondicionados de forma à manter a sua qualidade e integridade até que sejam efetivamente utilizados e/ou dispensados, quanto à forma correta de manuseio e armazenamento.

13- POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

A presente aquisição não possui relevantes impactos ambientais, contudo deverá ser observado o seguinte requisito ambiental:

Os critérios de sustentabilidade exigidos no Termo de Referência estão de acordo com artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente. no Art. 3º da Lei nº. 8.666/93 com redação dada pela Lei nº. 12.349, de 2010; no Art. 4º, incisos I, III, VI, Art. 5º do Decreto nº. 7.746, de 5 de junho de 2012; Art. 5º do Decreto nº. 7.404, de 23 de dezembro de 2010; Incisos II, III, do Art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº. 01, de 19 de janeiro de 2010; Lei nº. 12.305, de 2 de agosto de 2010; Art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e subsidiariamente a Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000;

14 - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Em face da necessidade de contratação de empresa especializada no fornecimento de Medicamentos para atender as necessidades da Assistência Farmacêutica Básica, mediante à Secretaria Municipal Saúde, justifica a abertura do presente procedimento licitatório, para manter os trabalhos administrativos e operacionais rotineiros dos setores.

Bem como, manter os serviços públicos em níveis aceitáveis ao funcionamento dos trabalhos, para o cumprimento de sua finalidade com eficiência, continuidade e economia.

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

15- ANEXOS

São anexos do presente ETP os seguintes documentos:
Anexo 1 – resolução CMS nº010/2022 23 de novembro de 2022

**CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
TURVÂNIA - GO**

Resolução CMS nº 010/2022 Turvânia, 23 de novembro de 2022.

O Conselho Municipal de Saúde – Turvânia – Goiás, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas e considerando:

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Turvânia (CMS), na 297ª Reunião Ordinária, realizada no dia 23 de novembro de 2022, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19/09/90, pela Lei nº 8.142, de 28/12/90 e Lei Municipal nº 008 de 15 de abril de 1997 que cria o Conselho Municipal de Saúde:

Considerando a apresentação da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais – REMUME de 2022 e o acompanhamento dos conselheiros;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar por maioria absoluta em reunião ordinária realizada no dia 23 de novembro de 2022, a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais – REMUME/2022 de Turvânia – GO.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala de reuniões da Unidade Básica de Saúde Sebastião Inácio Bueno do Município Turvânia, Estado de Goiás, aos vinte e três dias do mês de novembro de dois mil e vinte e dois.


VALDIR SOARES DOS SANTOS
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologa a Resolução nº 010 de 23 de novembro de 2022 do Conselho Municipal de Saúde de Turvânia – GO.


HERNANDO SALVINO CÂNDIDO
Secretário Interino de Saúde

A verificação e comprovação dos itens descritos de item básico no presente poderá ser consultado na relação acima supracitada e aprovado.

16- RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO ETP



PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVÂNIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DAF - DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA
FARMACÊUTICA
TURVÂNIA - GOIÁS - BRASIL

Maik Cândido Xavier
Farmacêutico
CRF – GO 17.911

Jordana Reis S. Araújo
Farmacêutica
CRF – GO 21.288

ANEXO III

Minuta de Ata de Registro de Preços

MODELO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º

O(A).....(*órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços*), com sede no(a), na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 202..., publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no **Edital do Pregão Eletrônico Registro de Preços nº XXX/2024**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no **Decreto Municipal nº XXX, de XX de janeiro de 2024**, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, Anexo I do **Edital do Pregão Eletrônico Registro de Preços nº XXX/2024**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)
---------	--

TR								
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantida de Mínima	Valor Unitário	Valor Total

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta do Anexo Único da presente Ata.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

O órgão gerenciador será o(nome do órgão)

São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

<i>Item nº</i>	<i>Órgãos Participantes</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do artigo 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do artigo 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o artigo 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o artigo 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

Mantiverem sua proposta original.

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 0 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições previamente estabelecidos, e

Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 0.

O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 0, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos publicitados, poderá:

Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do artigo 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no artigo 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 0, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 0, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 0 e no item 0, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no artigo 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

O remanejamento somente poderá ser feito:

De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no artigo 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 0, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do artigo 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do artigo 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão

fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 0 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

Por razão de interesse público;

A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do Decreto Municipal nº XXX, de XX de janeiro de 2024.

DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Decreto Municipal nº XXX, de XX de janeiro de 2024 c/c o Edital do Pregão Eletrônico Registro de Preços.

As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade, conforme o Decreto Municipal nº XXX, de XX de janeiro de 2024.

O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I do Edital do Pregão Eletrônico Registro de Preços.

No caso de adjudicação por preço global de grupo/lote de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes, quando houver.

Local e data



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVÂNIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DAF - DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA
FARMACÊUTICA
TURVÂNIA - GOIÁS - BRASIL**

Representante legal do órgão gerenciador

Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

ANEXO ÚNICO

CADASTRO DE RESERVA

A) Seguindo a ordem de classificação, segue a Relação de Fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais aos do Adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade e Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

B) Seguindo a ordem de classificação, segue a Relação de Fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade e Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO

A Sra. Pregoeira

Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal

Pregão Eletrônico nº 001/2024. A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº _____, por intermédio do seu representante legal, o Sr (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, DECLARA expressamente sob as penas da Lei, QUE está ciente da proibição de empregar em horário noturno, perigoso ou insalubre menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer outro tipo de trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, de acordo com o inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal de 1988 e em acordo com a Lei Federal n.º 9.854/99.

Localidade, ____/____/____. ____

(Assinatura e Carimbo do Representante Legal)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVÂNIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DAF - DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA
FARMACÊUTICA
TURVÂNIA - GOIÁS - BRASIL**

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A Sra. Pregoeira

Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal

DECLARO, sob as penas da lei, para fins de participação na licitação em referência, que a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____ não foi declarada INIDÔNEA nos termos do lei 14.133/2021, bem como não possui qualquer outro fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública. Ainda, declaro que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira

Localidade, ____/____/____. ____

(Assinatura e Carimbo do Representante Legal)

ANEXO IV

DECLARAÇÃO EM ATENDIMENTO ÀS DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 14.133/21

Com referência ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00/2024

A Empresa (nome completo da empresa), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº (número completo), inscrição estadual (número completo), com sede no (endereço completo), na pessoa do seu representante legal (nome do sócio, diretor ou procurador), brasileiro, (casado), (empresário), portador da cédula de identidade RG nº (número completo), inscrito no CPF sob o nº (número completo), residente e domiciliado no (endereço completo), nos termos do contrato social ou última alteração contratual (citar o número da alteração), DECLARA sob as penas da lei que:

- a)** De que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.
- b)** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.
- c)** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
- d)** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Outrossim, expressa ter ciência de que o descumprimento do disposto acima durante a vigência da contratação, acarretará em rescisão da mesma e sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/21.

(LOCAL E DATA)

Nome do representante legal

DECLARAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000/2024

MODELO DE PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000/2024
Proposta Comercial

Item	Qtde.	Und.	Descritivo	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	xx	xx	xx	xx,xx	xx,xx
02	xx	xx	xx	xx,xx	xx,xx
Valor Total R\$					xx,xx

Demais condições e especificações conforme o edital.

- a)** Se vencedora, na qualidade de representante legal, assinará o contrato, o(a) Sr(a). (nome completo), brasileiro(a), estado civil (casado), profissão (representante comercial), portador(a) da cédula de identidade RG nº (número completo), inscrito(a) no CPF sob o nº (número completo), residente e domiciliado(a) no (endereço completo)
- b)** Para contato comercial: Responsável/Representante Legal (nome completo): xxxx, Telefone Fixo nº: (xx) xxxx-xxxx, Telefone Celular nº: (xx) xxxxx-xxxx, E-mail: xxxx@xxx.xxx.xx

Pinhais, xx de xxxxxx de 202x

Nome do representante
Razão Social da Empresa/Líder do
Consórcio CNPJ

Obs. A proposta poderá ser feita em folha timbrada com